

# Índice

---

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	2
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	3
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	4
1.5 Principais clientes	5
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	6
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	7
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	8
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	9
1.10 Informações de sociedade de economia mista	12
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	13
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	14
1.13 Acordos de acionistas	15
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	16
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	17
1.16 Outras informações relevantes	18
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	19
2.2 Resultados operacional e financeiro	26
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	27
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	28
2.5 Medições não contábeis	29
2.6 Eventos subsequentes as DFs	30
2.7 Destinação de resultados	31
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	34
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	35
2.10 Planos de negócios	36
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	38
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	39
3.2 Acompanhamento das projeções	40

# Índice

---

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	41
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	52
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	53
4.4 Processos não sigilosos relevantes	54
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	59
4.6 Processos sigilosos relevantes	60
4.7 Outras contingências relevantes	61
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	62
5.2 Descrição dos controles internos	63
5.3 Programa de integridade	64
5.4 Alterações significativas	67
5.5 Outras informações relevantes	68
6. Controle e grupo econômico	
6.1 Posição acionária	69
6.3 Distribuição de capital	73
6.4 Participação em sociedades	74
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	75
6.6 Outras informações relevantes	76
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	77
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	78
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	79
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	80
7.4 Composição dos comitês	90
7.5 Relações familiares	91
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	92
7.7 Acordos/seguros de administradores	93
7.8 Outras informações relevantes	94
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	95

## Índice

8.2 Remuneração total por órgão	96
8.3 Remuneração variável	99
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	100
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	101
8.6 Outorga de opções de compra de ações	102
8.7 Opções em aberto	103
8.8 Opções exercidas e ações entregues	104
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	105
8.10 Outorga de ações	106
8.11 Ações entregues	107
8.12 Precificação das ações/opções	108
8.13 Participações detidas por órgão	109
8.14 Planos de previdência	110
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	111
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	112
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	113
8.18 Remuneração - Outras funções	114
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	115
8.20 Outras informações relevantes	116
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	117
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	118
9.4 Outras informações relevantes	119
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	
10.1 Descrição dos recursos humanos	121
10.2 Alterações relevantes	122
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	123
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	124
10.5 Outras informações relevantes	125
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	126

## Índice

---

11.2 Transações com partes relacionadas	127
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	129
11.3 Outras informações relevantes	130
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	131
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	133
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	134
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	135
12.5 Mercados de negociação no Brasil	136
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	137
12.7 Títulos emitidos no exterior	138
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	139
12.9 Outras informações relevantes	140
13. Responsáveis pelo formulário	
13.0 Identificação	141
13.1 Declaração do diretor presidente	142
13.2 Declaração do diretor de relações com investidores	143
13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	144

## 1.1 Histórico do emissor

A MNLT S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima integrante do Grupo StoneCo.

A Companhia foi constituída, em 2010, sob a denominação social “W.G.T.S.P.E Empreendimentos e Participações S.A”. Em 2011, seus então acionistas decidiram alterar sua razão social para “Elavon do Brasil Soluções de Pagamento S.A.” e, posteriormente, em 2018 alteraram para “MNLT Soluções de Pagamento S.A.” (anterior denominação social da Companhia). Possuía como sócios fundadores o Sr. Cleber Faria Fernandes e a Sra. Sueli de Fátima Ferretti.

Em 2016, o controle acionário da Companhia, que até então pertencia à UBS Americas Holdings Company, passou a ser do Grupo StoneCo, através da Stone Instituição de Pagamento S.A. (atual denominação da Stone Pagamentos S.A.).

Ainda, em 2013, com a promulgação da Lei 12.865, datada de 9 de outubro de 2013, que passou a regular os arranjos de pagamento e as instituições integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiros, em conjunto com os normativos do Banco Central do Brasil, as atividades exercidas pela Companhia passaram a ser sujeitas à regulação do Banco Central do Brasil.

Desde o final de 2018, a Companhia não tem realizado transações de pagamento, deixando de sujeitar-se à regulação do Banco Central do Brasil. A partir disso, a Companhia mantém sua atividade principal a participação societária em outras pessoas jurídicas de qualquer espécie, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista.

Em 2021, a Companhia teve sua denominação social alterada para MNLT S.A. e em 2022 registrou-se na CVM como companhia aberta, logo, sujeita-se às normas da CVM, incluindo a divulgação periódica de fatos extraordinários ou eventos relevantes, conforme aplicável. No entanto, como emissora da Categoria B, não está autorizada a listar todos os tipos de valores mobiliários, tais como ações, certificados de depósito de ações ou qualquer outro valor mobiliário conversível em, ou que confira o direito ao titular de adquirir ações ou certificados de depósito de ações.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

### Objeto Social

A Companhia tem como objeto social (1) a prestação de serviços: (a) de credenciamento a aceitação de instrumento de pagamento; (b) de administração de pagamentos e recebimentos no âmbito da rede de estabelecimento credenciados, captura, transmissão e processamento de dados e liquidação de transações decorrentes do uso de instrumento de pagamento; (c) de desenvolvimento de estrutura tecnológica segura para a captura, transmissão e processamento de dados e liquidação de transações; (d) de instalação e manutenção e meios eletrônicos para automação comercial, incluindo alienação, arrendamento ou aluguel de terminais eletrônicos ou sistemas relacionados à prestação dos serviços acima mencionados; (e) de representação de franquias nacionais e internacionais de meios de pagamento; (f) complementares ou que agreguem valor àqueles listados acima, a fim de proporcionar a realização do objeto social da Companhia; (2) o desenvolvimento de outras atividades correlatas, de interesse da Companhia; e (3) a participação societária em outras pessoas jurídicas de qualquer espécie, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista.

Desde dezembro de 2018, a Companhia possui como principal atividade a participação, na qualidade de cotista, no TAPSO Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC Tapso”), fundo responsável por antecipar direitos creditórios oriundos de transações de pagamentos nos termos da Lei nº 12.865/13, sendo a valorização de tais cotas sua principal fonte de receita.

### Mercado de Atuação

Anteriormente, até outubro de 2018, a Companhia possuía como principal atividade a prestação de serviços de adquirência, os quais compreendiam os serviços de captura, processamento e liquidação das transações com cartões de crédito e débito das instituidoras de arranjos de pagamento (bandeiras) Visa, Mastercard e Diners, bem como serviços correlatos, tais como o serviço de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços para aceitação de cartões de pagamento e o aluguel de equipamentos. As transações com cartões de crédito já capturadas e processadas também podiam ser objeto de antecipação mediante solicitação dos estabelecimentos.

Desde 4 de dezembro de 2018, a Companhia não tem realizado qualquer operação de adquirência. Após essa data, a Companhia conduz suas atividades conforme descrito na subseção acima “Objeto Social”.

### Atividades Desenvolvidas diretamente ou por meio de controladas

A Companhia possui participação apenas no FIDC Tapso. Esse por sua vez é responsável por antecipar os direitos creditórios oriundos de transações de pagamentos nos termos da Lei nº 12.865/13. O FIDC Tapso é uma comunhão de recursos destinados à aquisição de direitos creditórios detidos por determinados estabelecimentos credenciados ao Grupo StoneCo, bem como aqueles detidos pela Stone Sociedade de Crédito Direto S.A., originários de sub-rogação convencional dos direitos de determinados estabelecimentos credenciados ao Grupo StoneCo.

### **1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

## **1.4 Produção/Comercialização/Mercados**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

## 1.5 Principais clientes

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

### **a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações:**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

### **b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

### **c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades:**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

### **d) contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:**

- i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos; 0
- ii. em favor de partidos político; 0
- iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos: 0

## **1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

## **1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

## 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

**a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade**

O Grupo StoneCo. iniciou os trabalhos relacionados aos temas Ambiental, Social e Governança - ASG, por meio da criação uma área de Sustentabilidade atrelada à Diretoria de Gente&Gestão da StoneCo. As informações ambientais e de governança corporativa, serão, então, construídas a nível da StoneCo, nossa controladora indireta, que está criando diretrizes que serão cumpridas por todo o grupo StoneCo oportunamente.

**b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento**

O Grupo StoneCo. iniciou os trabalhos relacionados aos temas Ambiental, Social e Governança - ASG, por meio da criação uma área de Sustentabilidade atrelada à Diretoria de Gente&Gestão da StoneCo. As informações ambientais e de governança corporativa, serão, então, construídas a nível da StoneCo, nossa controladora indireta, que está criando diretrizes que serão cumpridas por todo o grupo StoneCo oportunamente.

**c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso**

O Grupo StoneCo. iniciou os trabalhos relacionados aos temas Ambiental, Social e Governança - ASG, por meio da criação uma área de Sustentabilidade atrelada à Diretoria de Gente&Gestão da StoneCo. As informações ambientais e de governança corporativa, serão, então, construídas a nível da StoneCo, nossa controladora indireta, que está criando diretrizes que serão cumpridas por todo o grupo StoneCo oportunamente.

**d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado**

O Grupo StoneCo. iniciou os trabalhos relacionados aos temas Ambiental, Social e Governança - ASG, por meio da criação uma área de Sustentabilidade atrelada à Diretoria de Gente&Gestão da StoneCo. As informações ambientais e de governança corporativa, serão, então, construídas a nível da StoneCo, nossa controladora indireta, que está criando diretrizes que serão cumpridas por todo o grupo StoneCo oportunamente.

**e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor**

O Grupo StoneCo. iniciou os trabalhos relacionados aos temas Ambiental, Social e Governança - ASG, por meio da criação uma área de Sustentabilidade atrelada à Diretoria de Gente&Gestão da StoneCo. As informações ambientais e de governança corporativa, serão, então, construídas a nível da StoneCo, nossa controladora indireta, que está criando diretrizes que serão cumpridas por todo o grupo StoneCo oportunamente.

**f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor**

O Grupo StoneCo. iniciou os trabalhos relacionados aos temas Ambiental, Social e Governança - ASG, por meio da criação uma área de Sustentabilidade atrelada à Diretoria de Gente&Gestão da StoneCo. As informações ambientais e de governança corporativa, serão, então, construídas a nível da StoneCo, nossa controladora indireta, que está criando diretrizes que serão cumpridas por todo o grupo StoneCo oportunamente.

**g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas**

## 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

O Grupo StoneCo. iniciou os trabalhos relacionados aos temas Ambiental, Social e Governança - ASG, por meio da criação uma área de Sustentabilidade atrelada à Diretoria de Gente&Gestão da StoneCo. As informações ambientais e de governança corporativa, serão, então, construídas a nível da StoneCo, nossa controladora indireta, que está criando diretrizes que serão cumpridas por todo o grupo StoneCo oportunamente.

**h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas**

O Grupo StoneCo. iniciou os trabalhos relacionados aos temas Ambiental, Social e Governança - ASG, por meio da criação uma área de Sustentabilidade atrelada à Diretoria de Gente&Gestão da StoneCo. As informações ambientais e de governança corporativa, serão, então, construídas a nível da StoneCo, nossa controladora indireta, que está criando diretrizes que serão cumpridas por todo o grupo StoneCo oportunamente.

**i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:**

### **i.a não divulgação de informações ASG**

O Grupo StoneCo. iniciou os trabalhos relacionados aos temas Ambiental, Social e Governança - ASG, por meio da criação uma área de Sustentabilidade atrelada à Diretoria de Gente&Gestão da StoneCo. As informações ambientais e de governança corporativa, serão, então, construídas a nível da StoneCo, nossa controladora indireta, que está criando diretrizes que serão cumpridas por todo o grupo StoneCo oportunamente.

### **ii. a não adoção de matriz de materialidade**

O Grupo StoneCo. iniciou os trabalhos relacionados aos temas Ambiental, Social e Governança - ASG, por meio da criação uma área de Sustentabilidade atrelada à Diretoria de Gente&Gestão da StoneCo. As informações ambientais e de governança corporativa, serão, então, construídas a nível da StoneCo, nossa controladora indireta, que está criando diretrizes que serão cumpridas por todo o grupo StoneCo oportunamente.

### **iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG**

O Grupo StoneCo. iniciou os trabalhos relacionados aos temas Ambiental, Social e Governança - ASG, por meio da criação uma área de Sustentabilidade atrelada à Diretoria de Gente&Gestão da StoneCo. As informações ambientais e de governança corporativa, serão, então, construídas a nível da StoneCo, nossa controladora indireta, que está criando diretrizes que serão cumpridas por todo o grupo StoneCo oportunamente.

### **iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas**

O Grupo StoneCo. iniciou os trabalhos relacionados aos temas Ambiental, Social e Governança - ASG, por meio da criação uma área de Sustentabilidade atrelada à Diretoria de Gente&Gestão da StoneCo. As informações ambientais e de governança corporativa, serão, então, construídas a nível da StoneCo, nossa controladora indireta, que está criando diretrizes que serão cumpridas por todo o grupo StoneCo oportunamente.

**v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas**

O Grupo StoneCo. iniciou os trabalhos relacionados aos temas Ambiental, Social e Governança - ASG, por meio da criação uma área de Sustentabilidade atrelada à Diretoria de Gente&Gestão da StoneCo. As informações ambientais e de governança corporativa, serão, então, construídas a nível da StoneCo, nossa controladora indireta, que está criando diretrizes que serão cumpridas por todo o grupo StoneCo oportunamente.

**vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa**

## **1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)**

O Grupo StoneCo. iniciou os trabalhos relacionados aos temas Ambiental, Social e Governança - ASG, por meio da criação uma área de Sustentabilidade atrelada à Diretoria de Gente&Gestão da StoneCo. As informações ambientais e de governança corporativa, serão, então, construídas a nível da StoneCo, nossa controladora indireta, que está criando diretrizes que serão cumpridas por todo o grupo StoneCo oportunamente.

## **1.10 Informações de sociedade de economia mista**

**(a) interesse público que justificou sua criação**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

**(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

**(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

## **1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante**

Não houve, nos últimos três exercícios sociais, aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

## **1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital**

Não houve aumento de capital social da MNLT nos exercícios sociais de 2020, 2021 e 2022.

No exercício social de 2020 não houve redução de capital social da MNLT.

Em 01 julho de 2021, a única acionista da MNLT, a Stone Instituição de Pagamento S.A. (anteriormente denominada Stone Pagamentos S.A.), aprovou em Assembleia Geral Extraordinária da MNLT, a redução do capital social da Companhia no montante total de R\$700.000.000,00, sem o cancelamento de ações por considerá-lo excessivo ao objeto social da Companhia, tendo sido a totalidade do capital reduzido restituído à Stone Instituição de Pagamento S.A.

Em 2022, foram aprovadas novas reduções de capital social da MNLT, sob a justificativa de capital social excessivo ao objeto social da companhia, tendo sido a totalidade do capital reduzido restituído à Stone Instituição de Pagamento S.A., sendo: em Assembleia Geral Extraordinária da MNLT, realizada em 18 de maio de 2022, no montante total de R\$ 150.000.000,00; e em Assembleia Geral Extraordinária da MNLT, realizada em 25 de julho de 2022, no montante total de R\$ 650.000.000,00.

## 1.13 Acordos de acionistas

### Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, considerando que a Companhia, na data deste Formulário de Referência, é uma subsidiária integral da Stone Instituição de Pagamento S.A. (anteriormente denominada Stone Pagamentos S.A.).

## 1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

A Companhia tinha, até 31 de outubro de 2018, como principal atividade, a prestação de serviços de “adquirência”, os quais compreendiam os serviços de captura, processamento e liquidação das transações com cartões de crédito e débito das instituidoras de arranjos de pagamento (bandeiras) Visa, Mastercard e Diners, bem como serviços correlatos, tais como o serviço de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços para aceitação de cartões de pagamento e o aluguel de equipamentos. As transações com cartões de crédito já capturadas e processadas também podiam ser objeto de antecipação mediante solicitação dos estabelecimentos.

Desde 4 de dezembro de 2018, a Companhia tem desenvolvido como principal atividade a participação, na qualidade de cotista, no FIDC TAPSO, fundo responsável por antecipar recebíveis de lojistas da Stone Instituição de Pagamento S.A.(anteriormente denominada Stone Pagamentos S.A.). e Pagar.me. Instituição de Pagamento S.A. (atual denominação da Pagar.me Pagamentos S.A), sendo a valorização de tais cotas sua principal fonte de receita.

Na data deste Formulário de Referência, a StoneCo Ltd. é acionista indireta da MNLT.

## **1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas**

Não foram celebrados, nos últimos três exercícios sociais, contratos relevantes pela Companhia ou por suas controladas que não sejam diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

## **1.16 Outras informações relevantes**

Não há outras informações relevantes que não tenham sido descritas nos itens 1.1 a 1.15 deste Formulário de Referência.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As informações financeiras incluídas nos itens 2.1 a 2.11 deste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvadas, referem-se às demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, todas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade (“*International Financial Reporting Standards*” ou “IFRS”), aplicáveis à empresas no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Certas tabelas do item 2 deste Formulário de Referência contêm os termos “AH” e “AV”, que significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica entre um período e outro. A Análise Vertical representa: (i) o percentual ou item de uma linha em relação ao lucro líquido, para os períodos aplicáveis para os resultados das operações, ou (ii) em relação ao ativo total ou total do passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para o balanço patrimonial.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos Diretores da Companhia, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção dos Diretores da Companhia sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras e/ou demonstrações financeiras intermediárias da Companhia.

Todas as informações apresentadas neste item 2.1 foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma, gerando com isso arredondamentos na última unidade e podendo, portanto, divergir imaterialmente nos cálculos.

As demonstrações financeiras da Companhia estarão disponíveis no site da CVM ([www.gov.br/cvm/pt-br](http://www.gov.br/cvm/pt-br)).

### a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

#### *Visão geral*

Os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e longo prazo, baseada nos aspectos indicados abaixo.

**Endividamento líquido.** O endividamento líquido da Companhia é calculado por meio da soma dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) deduzidos do caixa e equivalentes de caixa e das aplicações financeiras. A tabela a seguir apresenta o endividamento líquido da Companhia nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

(R\$ milhões)	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Empréstimos e financiamentos	0,3	—	—
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(28,2)	(229,7)	(46,4)
(-) Aplicações financeiras	(844,6)	(1.261,8)	(2.028,1)
<b>Endividamento (Caixa) Líquido</b>	<b>(872,5)</b>	<b>(1.491,5)</b>	<b>(2.074,5)</b>

A redução de caixa líquido apresentada acima entre os exercícios e períodos analisados, deve-se, principalmente, aos investimentos no (“FIDC Tapso”). A redução do caixa líquido em 31 de dezembro de 2022 comparado à 31 de dezembro de 2021, reflete uma queda nas aplicações financeiras, devido a venda de cotas do FIDC Tapso pela Companhia.

**Disponibilidade de caixa.** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía caixa e equivalentes de caixa de R\$28,2 milhões, em comparação a R\$229,7 milhões e R\$46,4 milhões em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. O comportamento da posição de caixa da Companhia foi influenciado, principalmente, por movimentações nos investimentos do FIDC Tapso.

### b. Estrutura de capital

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os diretores da Companhia entendem que sua atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação do seu passivo total e seu patrimônio líquido apresenta níveis adequados de alavancagem, uma vez que, historicamente, a Companhia se utiliza majoritariamente de capital próprio para financiar suas operações diante da sua condição geradora de caixa.

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$864,2 milhões, comparado a R\$1.521,1 milhões e R\$2.092,6 milhões em 31 de dezembro de 2021 em 31 de dezembro de 2020, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura de capital da Companhia era composta por 96,9% de capital próprio (patrimônio líquido) e 3,1% de capital de terceiros (passivo total), enquanto em 31 de dezembro de 2021 era composta por 98,7% de capital próprio e 1,3% de capital de terceiros e em 31 de dezembro de 2020 era composta por 98,0% de capital próprio e 2,0% de capital de terceiros, conforme evidenciado pela tabela a seguir:

Indicadores de investimento	Em 31 de dezembro de					
	2022		2021		2020	
	(R\$ milhões)	AV %	(R\$ milhões)	AV %	(R\$ milhões)	AV %
Patrimônio Líquido	864,2	96,9%	1.521,1	98,7%	2.092,6	98,0%
Passivo Total (passivo circulante + passivo não circulante)	27,7	3,1%	20,2	1,3%	42,9	2,0%
<b>Total</b>	<b>891,9</b>	<b>100%</b>	<b>1.541,3</b>	<b>100%</b>	<b>2.135,5</b>	<b>100%</b>

### c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando as disponibilidades, o nível de geração de caixa e a capacidade da Companhia de acessar recursos provenientes de empréstimos e financiamentos no mercado financeiro e no mercado de capitais em relação às suas necessidades de caixa, os diretores acreditam que a Companhia possui capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e de longo prazo. Esta situação pode ser verificada por meio da taxa de liquidez (ativo total dividido pela soma do passivo circulante e passivo não circulante) e do índice de alavancagem (passivo total dividido pelo patrimônio líquido), conforme evidenciado pela tabela a seguir:

	(R\$ milhões)	Em 31 de dezembro de		
		2022	2021	2020
Taxa de liquidez		32,3	76,2	49,8
Índice de alavancagem		0,03	0,01	0,02

### d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, a Companhia não apresentou qualquer deficiência de liquidez e tem utilizado recursos de geração de caixa próprio para financiar suas necessidades de capital de giro.

A Companhia vendeu R\$800 milhões em 2022 (R\$ 700 milhões em 31 de dezembro de 2021) em cotas do FIDC Tapso e reduziu seu capital no mesmo montante. Em função dessa redução, as aplicações financeiras reduziram de R\$1.261,8 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$844,6 milhões em 31 de dezembro de 2022. Nos últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, as principais fontes de geração de caixa líquido da Companhia foram suas atividades de investimento, principalmente no FIDC Tapso, nos montantes de R\$650,0 milhões, R\$990,0 milhões e R\$568,4 milhões, respectivamente.

Para mais informações sobre o financiamento da Companhia mediante empréstimos junto a instituições financeiras, vide item 2.1.f.(i) abaixo.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recurso para as necessidades de capital que a Companhia pretende utilizar no curso regular de seus negócios são sua geração de caixa e sua posição de caixa e equivalentes de caixa atual, as quais os diretores da Companhia acreditam ser suficientes para financiar seu capital de giro e cumprir as obrigações de curto e longo prazos.

### f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía saldo de empréstimos e financiamentos de R\$0,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia não possuía saldo de empréstimos e financiamentos. Em 31 de dezembro de 2022, o caixa líquido (representado pelo total de empréstimos e financiamentos deduzido do caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) totalizou R\$872,5 milhões (contra R\$1.491,5 milhões e R\$2.074,5 milhões, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente).

As principais características da dívida líquida da Companhia, com base em suas demonstrações financeiras, estão indicadas na tabela abaixo:

Tipo	Encargos	Vencimento	Em 31 de dezembro de		
			2022	2021	2020
			(em R\$ milhões)		
<b>Dívida Bruta(1)</b>			0,3	—	—
<b>Dívida Líquida (Caixa Líquido)(2)</b>			(872,5)	(1.491,5)	(2.074,5)

- (1) A Dívida Bruta é uma medida não contábil e consiste nos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante). A Dívida Bruta não é uma medida de liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRSs e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida bruta de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.
- (2) A Dívida Líquida (Caixa Líquido) da Companhia é uma medida não contábil e consiste nos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), deduzido do caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A Dívida Líquida (Caixa Líquido) não é uma medida de liquidez ou endividamento reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRSs e não possuem significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida (caixa líquido) de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

### i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia tem saldo de R\$0,3 milhões de empréstimos e financiamentos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía contratos de empréstimo e financiamento.

### ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas no item “i” acima.

### iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas financeiras da Companhia possui cláusula específica contratual de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. Com efeito, as dívidas da Companhia que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei..

### iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não há, nos contratos de financiamento da Companhia, cláusulas que a sujeitem a condições restritivas, sejam de distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio, manutenção de índices financeiros mínimos ou máximos.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia tem saldo de R\$0,3 milhões de empréstimos e financiamentos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía contratos de empréstimo e financiamento.

### h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

### *DISCUSSÃO DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021*

(Em milhares de R\$, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de			AV	AH
	2022	AV	2021		
Despesas gerais e administrativas	(11.995)	(8,5 %)	(14.200)	(11,1 %)	(15,5 %)
Outras receitas (despesas) operacionais	(9.742)	(6,9 %)	(10.193)	(8,0 %)	(4,4 %)
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos</b>	<b>(21.737)</b>	<b>(15,4 %)</b>	<b>(24.393)</b>	<b>(19,1 %)</b>	<b>(10,9 %)</b>
Receitas financeiras	234.882	166,9 %	216.949	170,0 %	8,3 %
Despesas financeiras	(1.364)	(1,0 %)	(1.113)	(0,9 %)	22,6 %
Resultado financeiro, líquido	233.518	165,9 %	215.836	169,1 %	8,2 %
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição</b>	<b>211.781</b>	<b>150,5 %</b>	<b>191.443</b>	<b>150,0 %</b>	<b>10,6 %</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(45.486)	(32,3 %)	(46.647)	(36,6 %)	(2,5 %)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(25.538)	(18,1 %)	(17.175)	(13,5 %)	48,7 %
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>140.757</b>	<b>100,0 %</b>	<b>127.621</b>	<b>100,0 %</b>	<b>10,3 %</b>

### Despesas gerais e administrativas

As “despesas gerais e administrativas” reduziram 15,5%, passando de R\$14,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 12,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Esta diminuição é explicada substancialmente pela redução de despesas compartilhadas.

### Outras receitas (despesas) operacionais

“Outras receitas (despesas) operacionais” reduziram 4,4%, passando de R\$10,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 9,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Esta diminuição é explicada substancialmente pela redução de multas por infrações fiscais, encerramento de processos judiciais e adesão do programa de parcelamento de impostos.

### Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos

Como resultado dos fatos explicados anteriormente, o “prejuízo antes do resultado financeiro e tributos” da Companhia reduziu 10,9% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Resultado financeiro, líquido

O “resultado financeiro, líquido” da Companhia aumentou 8,2 %, passando de uma receita financeira líquida de R\$ 215,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, para R\$233,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Este aumento deve-se principalmente pelos seguintes fatores:

- **Receitas financeiras:** as receitas financeiras sofreram aumento de 8,3%, passando de R\$216,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 234,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. O aumento das receitas financeiras foi principalmente resultado da valorização das cotas do FIDC Tapso, em partes em função do aumento do CDI no período.
- **Despesas financeiras:** as despesas financeiras aumentaram em 22,6%, passando de R\$1,1 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, para R\$1,4 milhão no período de exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento reflete, principalmente, o aumento de impostos sobre operações financeiras e juros moratórios.

### Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Como resultado dos fatos explicados anteriormente, o “lucro antes do imposto de renda e contribuição social” aumentou 10,6%, passando de R\$191,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 211,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

### Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa de “imposto de renda e a contribuição social” da Companhia aumentou 11,3%, passando de R\$63,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, ou uma alíquota efetiva de 33,3%, para R\$71,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, ou uma alíquota efetiva de 33,5%.

### Lucro líquido do período

Como resultado dos fatos explicados anteriormente, o “lucro líquido” aumentou 10,3%, passando de R\$127,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 140,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

### **DISCUSSÃO DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Em milhares de R\$, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de			AV	AH
	2021	AV	2020		
Despesas gerais e administrativas	(14.200)	(11,1)%	(13.801)	(7,2)%	2,9%
Outras receitas (despesas) operacionais	(10.193)	(8,0)%	(9.338)	(4,9)%	9,2%
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos</b>	<b>(24.393)</b>	<b>(19,1)%</b>	<b>(23.139)</b>	<b>(12,1)%</b>	<b>5,4%</b>
Receitas financeiras	216.949	170,0%	311.756	162,5%	(30,4)%
Despesas financeiras	(1.113)	(0,9)%	(333)	(0,2)%	234,2%
Resultado financeiro, líquido	215.836	169,1%	311.423	162,4%	(30,7)%
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>191.443</b>	<b>150,0%</b>	<b>288.284</b>	<b>150,3%</b>	<b>(33,6)%</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(46.647)	(36,6)%	(75.134)	(39,2)%	(37,9)%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(17.175)	(13,5)%	(21.337)	(11,1)%	(19,5)%
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>127.621</b>	<b>100,0%</b>	<b>191.813</b>	<b>100,0%</b>	<b>(33,5)%</b>

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Despesas gerais e administrativas

As “despesas gerais e administrativas” aumentaram 2,9%, passando de R\$13,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, para R\$14,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Este aumento é explicado substancialmente pelo aumento de despesas compartilhadas.

### Outras receitas (despesas) operacionais

“Outras receitas (despesas) operacionais” aumentaram 9,2%, passando de R\$9,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 10,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Este aumento é explicado substancialmente pelo aumento da provisão de contingências e multas.

### Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos

Como resultado dos fatos explicados anteriormente, o “prejuízo antes do resultado financeiro e tributos” da Companhia aumentou 5,4% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

### Resultado financeiro líquido

O “resultado financeiro líquido” da Companhia reduziu 30,7%, passando de uma receita financeira líquida de R\$ 311,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, para R\$215,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Esta redução deve-se principalmente pelos seguintes fatores:

- **Receitas financeiras:** as receitas financeiras sofreram redução de 30,4%, passando de R\$311,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 216,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. A redução das receitas financeiras foi principalmente resultado da redução da participação ao longo do período e venda de parte das cotas do FIDC Tapso.
- **Despesas financeiras:** as despesas financeiras aumentaram em 234,2%, passando de R\$ 0,3 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 1,1 milhão no período de exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento reflete, principalmente, o aumento de impostos sobre operações financeiras e juros moratórios.

### Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Como resultado dos fatos explicados anteriormente, o “lucro antes do imposto de renda e contribuição social” reduziu 33,6%, passando de R\$ 288,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 191,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

### Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa de “imposto de renda e a contribuição social” da Companhia reduziu 33,8%, passando de R\$ 96,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, ou uma alíquota efetiva de 33% no exercício social, para R\$ 63,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, ou uma alíquota efetiva de 33% no exercício social.

### Lucro líquido do exercício

Como resultado dos fatos explicados anteriormente, o “lucro líquido” reduziu 33,5%, passando de R\$ 191,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 127,6 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA

#### COMPARAÇÃO ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de R\$, exceto se %)	Para o exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2022	2021	AH
Caixa líquido das atividades operacionais	(50.150)	(72.981)	(31,3)%
Caixa líquido das atividades de investimento	650.000	989.997	(34,3)%
Caixa líquido das atividades de financiamento	(801.348)	(733.746)	9,2%
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	—	—	—%
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(201.498)	183.270	n.m.

As atividades operacionais consumiram R\$50,2 milhões de caixa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a um consumo de R\$73,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa variação positiva de R\$22,8 milhões deveu-se, principalmente, a compensação de tributos a recuperar no período.

As atividades de investimento geraram R\$650,0 milhões de caixa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$990,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa variação de R\$340,0 milhões deveu-se, principalmente, à venda de cotas do FIDC Tapso comparado ao exercício anterior.

As atividades de financiamento consumiram R\$801,3 milhões de caixa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$733,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa variação se deve à redução de capital social referente à venda de cotas do FIDC Tapso.

#### COMPARAÇÃO ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de R\$, exceto se %)	Para o exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2021	2020	AH
Caixa líquido das atividades operacionais	(72.981)	(104.231)	(30,0)%
Caixa líquido das atividades de investimento	989.997	568.364	74,2%
Caixa líquido das atividades de financiamento	(733.746)	(422.568)	73,6%
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	—	6	(100,0)%
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	183.270	41.571	340,9%

As atividades operacionais consumiram R\$73,0 milhões de caixa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a um consumo de R\$104,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação positiva de R\$31,2 milhões deveu-se, principalmente, à redução de impostos federais de IRPJ e CSLL pagos no período.

As atividades de investimento geraram R\$990,0 milhões de caixa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$568,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação positiva de R\$421,6 milhões deveu-se, principalmente, à venda de cotas do FIDC Tapso.

As atividades de financiamento consumiram R\$733,8 milhões de caixa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$422,6 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação se deve à redução de capital social referente à venda de cotas do FIDC Tapso e pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprios pagos.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

#### i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os diretores da Companhia reportam que, depois de dezembro de 2019 até o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a receita da Companhia é composta pela valorização das cotas de emissão do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios TAPSO (“FIDC TAPSO”), do qual a Companhia é proprietária de parte de suas quotas subordinadas júnior.

#### ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia atua no investimento de veículo que realiza a antecipação de recebíveis para os varejistas clientes do grupo StoneCo, que estão concentrados principalmente no segmento de pequenos e médios varejistas.

Dessa forma, o desempenho operacional da Companhia é afetado por condições macroeconômicas, incluindo: (i) crescimento do produto interno bruto (PIB); (ii) distribuição de renda; (iii) taxa de desemprego; (iv) variação real do salário; (v) disponibilidade de crédito; (vi) taxa de inflação; (vii) taxa de juros; (viii) grau de confiança dos consumidores, entre outros. Além disso, também é afetado pela evolução do mercado de adquirência, a exemplo da penetração de cartões no varejo.

O Certificado de Depósito Interbancário (CDI) é o principal fator que impacta a receita financeira da MNLT. O CDI foi de 13,65%, 9,15% e 1,90% para o acumulado no ano dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, respectivamente.

### b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

- Os resultados apresentados nos últimos 3 (três) anos foram influenciados pelos fatores como: PIB brasileiro, inflação e alteração na taxa básica de juros. Os resultados das receitas da Companhia não são impactados pelas variações cambiais. O Real é a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

### c. Impacto relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

- O resultado financeiro da Companhia foi positivo em relação ao período findo em 31 de dezembro de 2021, principalmente, devido ao crescimento da taxa CDI ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e ganho com a valorização das cotas do FIDC Tapso.

## 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

### a. Mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudança significativa nas práticas contábeis da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor as novas normas contábeis emitidas pelo IASB e CPC:

O IFRS 16 / CPC 06 estabelece um novo modelo de contabilização para arrendamento mercantil, onde na data do início do arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo de arrendamento para efetuar os pagamentos (aumentando a dívida bruta) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento. Consequentemente, serão reconhecidas no resultado as despesas de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do direito de uso do ativo ao invés das despesas de aluguel anteriormente reconhecidas no resultado operacional da Companhia.

Os diretores comentam que a Companhia adotou o CPC 06 (R2) / IFRS 16, na sua data de vigência, em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem simplificada e retrospectiva, e concluiu que não houve impactos em suas demonstrações financeiras.

#### a.i. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os diretores comentam que o efeito da aplicação dos princípios de classificação e mensuração do CPC 48 / IFRS 9 ao saldo de abertura resultou em uma redução de R\$5.133 nas contas a receber de emissores de cartão em decorrência da reclassificação para valor justo em 1º de janeiro de 2018, com um ajuste correspondente de R\$3.388 no patrimônio líquido, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$1.745.

### b. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os diretores comentam que o relatório dos auditores independentes referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não contém ressalvas e/ou ênfases:

Ainda, os diretores comentam que o relatório dos auditores independentes referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 não contém ressalvas, mas contém a seguinte ênfase:

#### **“Ênfase - Reapresentação das demonstrações financeiras**

*Chamamos atenção a nota explicativa 3.20, às demonstrações financeiras, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para divulgação das demonstrações do valor adicionado e aprimoramento de certas divulgações em notas explicativas, conforme descrito na referida nota explicativa. Em 29 de abril de 2021, 16 de abril de 2020 e 14 de junho de 2019, emitimos relatórios de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações financeiras e seus valores correspondentes aos exercícios anteriores foram ajustados de forma retrospectiva.”*

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

### a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado no âmbito das atividades da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e de 2020.

### b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reduziu sua participação no FIDC TAPSO em R\$ 800 milhões (R\$ 700 milhões em 31 de dezembro de 2021, através de redução de capital, aprovadas pela AGE aprovada em 01 de julho de 2021), através de redução de capital, aprovadas pela AGE de 18 de maio de 2022 e 25 de julho de 2022.

Não ocorreram constituições e aquisições de participação societária nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e de 2020.

### c. Eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e de 2020.

## **2.5 Medições não contábeis**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

## 2.7 Destinação de resultados

	2022	2021	2020
<b>a. Regras sobre retenção de lucros</b>	<p>Segundo a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e o artigo 29 e seguintes do estatuto social da Companhia (“Estatuto Social 2022”), dos resultados positivos do exercício serão deduzidos antes de qualquer participação: (i) os prejuízos acumulados em exercícios anteriores; e (ii) a provisão para pagamento do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, nos termos do Estatuto Social 2022. Do lucro líquido apurado, 5% (cinco por cento) será destinado para a constituição de reserva legal (“Reserva Legal”), até que o seu valor atinja 20% (vinte por cento) do capital social, sendo que no exercício social em que o saldo da Reserva Legal, acrescido aos montantes das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal, nos termos do artigo 193, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações. Após a destinação à Reserva Legal, uma parcela do lucro líquido poderá ser destinada à formação de reserva para contingências (“Reserva para Contingências”), através de proposta formulada pelos órgãos da administração da Companhia e aprovada pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações. Do lucro que remanescer, ajustado pela Reserva Legal e pela eventual constituição da Reserva para Contingências e a respectiva reversão, se for o caso, será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas, o qual será, em cada exercício social, equivalente, no mínimo, a 1% (um por cento) do lucro líquido anual ajustado</p>	<p>Segundo a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e o artigo 29 e seguintes do estatuto social da Companhia (“Estatuto Social 2021”), dos resultados positivos do exercício serão deduzidos antes de qualquer participação: (i) os prejuízos acumulados em exercícios anteriores; e (ii) a provisão para pagamento do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, nos termos do Estatuto Social 2021. Do lucro líquido apurado, 5% (cinco por cento) será destinado para a constituição de reserva legal (“Reserva Legal”), até que o seu valor atinja 20% (vinte por cento) do capital social, sendo que no exercício social em que o saldo da Reserva Legal, acrescido aos montantes das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal, nos termos do artigo 193, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações. Após a destinação à Reserva Legal, uma parcela do lucro líquido poderá ser destinada à formação de reserva para contingências (“Reserva para Contingências”), através de proposta formulada pelos órgãos da administração da Companhia e aprovada pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações. Do lucro que remanescer, ajustado pela Reserva Legal e pela eventual constituição da Reserva para Contingências e a respectiva reversão, se for o caso, será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas, o qual será, em cada exercício social, equivalente, no mínimo, a 1% (um por cento) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. O saldo do lucro líquido, após as deduções previstas no Estatuto Social 2021 e na Lei das Sociedades por Ações, terá a</p>	<p>Segundo a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e o artigo 26 e seguintes do estatuto social da Companhia (“Estatuto Social 2020”), o lucro líquido será apurado mediante dedução, do resultado do exercício, dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, se houver e da provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O lucro líquido terá, então, a seguinte destinação: (i) 5% (cinco por cento) será aplicado na constituição de Reserva Legal, até que o seu valor atinja 20% (vinte por cento) do capital social, sendo que no exercício social em que o saldo da Reserva Legal, acrescido aos montantes das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal, nos termos do artigo 193, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações; (ii) Após a destinação à Reserva Legal, uma parcela do lucro líquido poderá ser destinada à formação de Reserva para Contingências, através de proposta formulada pelos órgãos da administração da Companhia e aprovada pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações (iii) Uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e conforme previsto no Estatuto Social 2020; e (iv) o saldo remanescente terá a destinação que a Assembleia Geral determinar, podendo ser retido para a formação das reservas previstas nos termos dos artigos 195 a 197 da Lei das Sociedades por Ações.</p>
<b>a.i. Valores das retenções de lucros</b>	<p>A única acionista da Companhia deliberou em Assembleia Geral Ordinária, a respeito da destinação do resultado do exercício de 2022, no montante total de R\$ 140.758: (i) destinar R\$ 7.038 para a Reserva Legal; (ii) destinar R\$ 132.382 para a formação da reserva para investimentos da Companhia; e (iii) destinar R\$ 1.337 para a distribuição de dividendos.</p>	<p>Os acionistas da Companhia deliberaram em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a respeito da destinação do resultado do exercício de 2021 no montante total de R\$ R\$127.621 mil: (i) destinar R\$6.381 mil para a constituição de Reserva Legal; (ii) destinar R\$120.028 mil para a reserva de lucros para expansão; e (iii) destinar R\$1.212</p>	<p>Os acionistas da Companhia deliberaram em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a respeito da destinação do resultado do exercício de 2020 no montante total de R\$191.813 mil: (i) destinar R\$9.591 mil para a constituição de Reserva Legal; (ii) destinar R\$36.914 mil para a reserva de lucros para expansão; e (iii) destinar R\$145.308 mil para distribuição de dividendos.</p>
<b>a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados</b>	<p>O percentual de retenção em relação ao lucro total declarado foi de 99,0%.</p>	<p>O percentual de retenção em relação ao lucro total declarado foi de 99,0%.</p>	<p>O percentual de retenção em relação ao lucro total declarado foi de 24,2%.</p>

## 2.7 Destinação de resultados

	2022	2021	2020
<b>b. Regras sobre a distribuição de dividendos</b>	<p>Do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado pela constituição da Reserva Legal e pela eventual constituição da Reserva para Contingências e a respectiva reversão, se for o caso, pelo menos 1% (um por cento) será distribuído a título de dividendo obrigatório aos acionistas, na forma prevista no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social 2022 também autoriza o levantamento de balanços e demonstrações financeiras intercalares, mensais, trimestrais ou semestrais, podendo ser declarados dividendos intermediários ou intercalares com base nesses balanços, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio à conta de lucros apurados nesses balanços, observadas as limitações previstas no art. 204 da Lei das Sociedades por Ações. Ainda, o Estatuto Social 2022 permite que, a qualquer tempo e por deliberação do Conselho de Administração e/ou da Assembleia Geral, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. O Estatuto Social 2022 dispõe</p>	<p>Do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado pela constituição da Reserva Legal e pela eventual constituição da Reserva para Contingências e a respectiva reversão, se for o caso, pelo menos 1% (um por cento) será distribuído a título de dividendo obrigatório aos acionistas, na forma prevista no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social 2021 também autoriza o levantamento de balanços e demonstrações financeiras intercalares, mensais, trimestrais ou semestrais, podendo ser declarados dividendos intermediários ou intercalares com base nesses balanços, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio à conta de lucros apurados nesses balanços, observadas as limitações previstas no art. 204 da Lei das Sociedades por Ações. Ainda, o Estatuto Social 2021 permite que, a qualquer tempo e por deliberação do Conselho de Administração e/ou da Assembleia Geral, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. O Estatuto</p>	<p>Do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da Reserva Legal e de contingências, se houver, pelo menos 25% será distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral, nos casos permitidos Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social 2020 também autoriza o levantamento de demonstrações financeiras intercalares, mensais, trimestrais ou semestrais, podendo ser declarados dividendos intermediários ou intercalares com base nesses balanços, observados os limites legais. O Estatuto Social 2020 permite também a distribuição de dividendos intercalares e intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. A declaração de dividendos intercalares e de juros sob capital próprio depende de aprovação por deliberação da Assembleia Geral.</p>
<b>c. Periodicidade das distribuições de dividendos</b>	<p>Os dividendos obrigatórios são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada nos quatro primeiros meses do ano.</p>	<p>Os dividendos obrigatórios são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada nos quatro primeiros meses do ano.</p>	<p>Os dividendos são obrigatórios distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada nos quatro primeiros meses do ano.</p>
<b>d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</b>	<p>A Companhia não teve quaisquer restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais às distribuições de dividendos havidas no exercício de 2022.</p>	<p>A Companhia não teve quaisquer restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais às distribuições de dividendos havidas no exercício de 2021.</p>	<p>A Companhia não teve quaisquer restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais às distribuições de dividendos havidas no exercício de 2020.</p>

## 2.7 Destinação de resultados

	2022	2021	2020
<b>e. Política de destinação de resultados</b>	A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada. A destinação de resultado de cada exercício social deverá ser feita nos termos da Lei das Sociedades por Ações e conforme o disposto no Estatuto Social	A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada. A destinação de resultado de cada exercício social deverá ser feita nos termos da Lei das Sociedades por Ações e conforme o disposto no Estatuto Social	A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada. A destinação de resultado de cada exercício social deverá ser feita nos termos da Lei das Sociedades por Ações e conforme o disposto no Estatuto Social

## 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

**a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

**i. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Não há carteiras de recebíveis baixadas das quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

**ii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

**iii. Contratos de construção não terminada**

Não há contratos de construção não terminados não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

**iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamento não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

**b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Em 11 de junho de 2021, em sede de assembleia geral extraordinária, os acionistas da Companhia aprovaram, dentre outras matérias, a concessão de garantia fidejussória, pela Companhia, no âmbito da emissão no exterior de títulos de dívida (*Senior Notes*), pela sua controladora indireta StoneCo Ltd. ("StoneCo") com remuneração de 3.950% (três mil e novecentos e cinquenta centésimos por cento) e vencimento em 2028, no valor de até U\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de dólares americanos) ("Notes"). As Notes foram colocadas no mercado internacional, e ofertadas a investidores nos termos da regulamentação emitida pela *Securities and Exchange Commission*. Os diretores da Companhia entendem que garantias outorgadas pela Companhia em favor da StoneCo auxiliam na redução do custo de captação de recursos para o seu grupo econômico, além de substituir eventuais garantias bancárias que possuem alto custo de emissão e manutenção. Por se tratar de uma oferta, as obrigações contratuais assumidas pela StoneCo e garantidas pela Companhia, são compatíveis com as praticadas no mercado financeiro internacional. Ainda, por se tratar de uma captação no mercado de capitais internacional, foram realizadas avaliações prévias e criteriosas de seus termos e condições e análise de viabilidade financeira em comparação com operações semelhantes, observando-se os preços e condições usuais de mercado. Por fim, sendo uma outorga de garantia intragrupo, não há o pagamento compensatório direto à Companhia, mas eventual acesso ao recurso captado no exterior, com um custo inferior ao que seria captado sem as garantias das empresas operacionais do grupo econômico.

Para mais informações sobre a outorga de garantia no âmbito das Notes e os riscos inerentes, vide itens 11.3 e 4.1, respectivamente, deste Formulário de Referência.

## 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

**a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

**b. Natureza e o propósito da operação**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

**c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

## 2.10 Planos de negócios

### a. Investimentos, incluindo:

#### i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A MNLT tinha como objeto principal a operação de aquisição, através da marca Elavon, que compreendia a prestação de serviços de captura, processamento e liquidação das transações com cartões de crédito e débito das associações (bandeiras) Visa, Mastercard e Diners, bem como serviços correlatos, tais como o serviço de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços para aceitação de cartões de pagamento e o aluguel de equipamentos. As transações com cartões de crédito já capturadas e processadas também podiam ser objeto de antecipação mediante solicitação dos estabelecimentos.

Desde 31 de outubro de 2018 a Companhia não tem prestado serviços de aquisição. Em 4 de dezembro de 2018, após a suspensão de suas atividades de aquisição, a Companhia recebeu aporte de capital, via aumento de sua participação no FIDC Tapso, responsável por antecipar recebíveis de lojistas do grupo StoneCo. Com isto, a MNLT continuará gerando resultado financeiro positivo através da valorização das cotas do FIDC Tapso.

Os investimentos da Companhia constituem principalmente cotas do FIDC Tapso. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia detinha R\$844,6 milhões em aplicações financeiras, compreendendo principalmente os investimentos em tal veículo. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia detinha R\$1.261,8 milhões e R\$2.028,1 milhões em aplicações financeiras, respectivamente. Essa redução é principalmente explicada pela venda de cotas no FIDC Tapso no período.

#### ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia financia suas operações a partir de uma combinação de recursos decorrentes (i) de seus rendimentos financeiros referentes à valorização de cotas do FIDC Tapso; (ii) de investimentos dos seus acionistas; e (iii) de empréstimos e financiamentos contraídos junto ao mercado financeiro e ao mercado de capitais.

Para mais informações sobre a estrutura de capital, vide item 2.1, subitens “e” e “f” deste Formulário de Referência.

#### iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos em andamento ou previstos.

### b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos capazes de influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

### c. Novos produtos e serviços, indicando:

#### i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, considerando que não há pesquisas e projetos em desenvolvimento para novos produtos e serviços já divulgados.

#### ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, considerando que não há pesquisas e projetos em desenvolvimento para novos produtos e serviços já divulgados.

#### iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, considerando que não há pesquisas e projetos em desenvolvimento para novos produtos e serviços já divulgados.

## **2.10 Planos de negócios**

### **iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável, considerando que não há pesquisas e projetos em desenvolvimento para novos produtos e serviços já divulgados.

### **d. Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG**

Não aplicável, considerando que não há pesquisas e projetos em desenvolvimento para novos produtos e serviços já divulgados

## **2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**

Não há outros fatores com influência relevante que não tenham sido divulgados nos itens 2.1 a 2.10 deste Formulário de Referência.

### 3.1 Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a administração da Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas de qualquer tipo. Dessa forma, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e estimativas até o momento, optou-se por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções ou estimativas de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos seus negócios ou atividades.

**a. Objeto da projeção**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

**b. Período projetado e o prazo de validade da projeção**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

**c. Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

**d. Valores dos indicadores que são objeto da previsão referentes aos três últimos exercícios e exercício social corrente**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

### 3.2 Acompanhamento das projeções

- a. Informar quais projeções estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas neste Formulário de Referência**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

- b. Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

- c. Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

*O investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia envolve exposição a determinados riscos. Antes de tomar uma decisão de investimento com relação a valores mobiliários de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem ler cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, incluindo os riscos descritos abaixo, bem como as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Os negócios, a reputação, a situação financeira, os resultados operacionais, os fluxos de caixa, a liquidez e/ou os negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer um dos fatores de risco descritos a seguir; entre outros. O preço de mercado de valores mobiliários de emissão da Companhia poderá sofrer uma queda devido à ocorrência de qualquer um desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial ou até mesmo a totalidade de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são, na data deste Formulário de Referência, aqueles que a Companhia conhece e que acredita que podem afetá-la significativamente de maneira adversa. Apesar disso, riscos e incertezas adicionais atualmente desconhecidos, ou aqueles que a Companhia considera, na data deste Formulário de Referência, irrelevantes, também podem afetar de maneira significativamente adversa os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais, os fluxos de caixa, a liquidez e/ou os negócios futuros da Companhia e/ou o preço dos valores mobiliários de sua emissão.*

*Para os fins desta seção “4.1. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a declaração pela Companhia de que um risco, incerteza ou problema poderá, poderia ou causaria um “efeito adverso” ou um “efeito negativo” para a Companhia, “afetará adversamente” a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá, poderia ou causaria um efeito negativo sobre os negócios, a situação financeira, a reputação, os resultados operacionais, os fluxos de caixa, a liquidez e/ou os negócios futuros da Companhia, e/ou sobre o preço, liquidez e volume de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia. O potencial investidor deve interpretar com significado similar e nesse contexto as expressões semelhantes nesta seção “4.1. Fatores de Risco”.*

*Não obstante a subdivisão desta seção “4.1. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um subitem podem também se aplicar a outros subitens.*

### **a. Riscos relacionados à Companhia**

***A Companhia tem como um de seus objetos sociais a participação societária em outras pessoas jurídicas de qualquer espécie, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, sendo assim, qualquer impacto adverso nos resultados de suas investidas ou na capacidade de tais investidas realizarem distribuições poderá ter um efeito adverso relevante na situação financeira da Companhia.***

A Companhia tem como um de seus objetos sociais a participação societária em outras pessoas jurídicas de qualquer espécie, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, de modo que seu resultado é composto exclusivamente pela receita financeira advinda de distribuições de suas investidas. Os resultados da Companhia, sua capacidade de cumprir com suas obrigações financeiras e de distribuir dividendos aos seus acionistas dependem das operações, do fluxo de caixa e dos lucros de suas investidas, as quais, podem não auferir lucro ou, mesmo que com lucro a distribuir, podem estar ou vir a estar sujeitas a obrigações decorrentes de disposições legais ou de instrumentos particulares que limitem a transferência de lucros, dividendos ou qualquer outro tipo de distribuição para a Companhia. Dessa forma, não é possível assegurar que (i) as investidas da Companhia terão lucro; e (ii) que eventuais lucros das investidas da Companhia serão efetivamente distribuídos à Companhia, o que poderá causar um efeito adverso relevante no resultado financeiro da Companhia, prejudicando sua capacidade financeira e de distribuição de dividendos aos seus acionistas.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

***Atualmente, a Companhia possui participação apenas no Tapso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC Tapso”) e qualquer impacto adverso no resultado do FIDC Tapso poderá ter um efeito adverso relevante na situação financeira da Companhia.***

Atualmente, a Companhia possui participação apenas no FIDC Tapso, fundo responsável por adquirir direitos creditórios (oriundos de transações de pagamento nos termos da Lei 12.865/13) de clientes da Stone Instituição de Pagamento S.A. (atual denominação da Stone Pagamentos S.A.), controladora da Companhia, e da Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. (atual denominação da Pagar.me Pagamentos S.A), controlada em comum da Companhia. A valorização de tais quotas é sua única fonte de receita, fazendo com que seu resultado dependa, exclusivamente, das amortizações e resgates feitos pela Companhia no FIDC Tapso, conforme permitido por seu Regulamento. Dessa forma, qualquer impacto adverso no resultado do FIDC Tapso pode ter um efeito adverso relevante no resultado da Companhia. Adicionalmente, a piora nas condições setoriais e mercadológicas nas operações dos devedores dos direitos creditórios adquiridos pelo FIDC Tapso podem afetar material e adversamente a condição financeira da Companhia.

O FIDC Tapso poderá ser liquidado antecipadamente em algumas hipóteses previstas em seu regulamento. Ocorrendo a liquidação antecipada, não há garantias de que o FIDC Tapso terá recursos suficientes para pagamento de seus cotistas, o que poderia fazer com que as cotas fossem resgatadas com dação em pagamento dos direitos creditórios adquiridos pelo fundo. Qualquer dessas hipóteses poderia ter um impacto adverso relevante nos resultados da Companhia.

***A Companhia pode não ter sucesso na definição de novas investidas ou pode não conseguir receber as distribuições inicialmente esperadas, o que poderá afetá-la de maneira adversa e relevante.***

O processo de definição de novas investidas considera premissas e cenários que podem não se concretizar como esperado, além de não considerar todas as variáveis necessárias, seja por simplificação das premissas ou pelo desconhecimento. A implantação da estratégia na busca por novas investidas pode, ainda, apresentar eventos inesperados não considerados no planejamento da Companhia, como por exemplo, mas não se limitando, reações de concorrentes, entrada de novos concorrentes na busca pela mesma investida, mudanças legais e regulatórias, falhas operacionais de implantação e custos de implantação e manutenção acima do esperado, entre outros. Caso as premissas e cenários adotados pela Companhia não se verifiquem ou, ainda, caso qualquer evento inesperado faça com que a Companhia tenha que rever sua estratégia na busca por novas investidas, os resultados da Companhia podem ser adversamente afetados.

Uma vez que a Companhia tenha novas investidas, a Companhia não pode garantir que a expectativa de rentabilidade do investimento será integralmente realizada por meio das distribuições. Caso a Companhia não seja bem-sucedida em concretizar sua estratégia, sua condição financeira e seus resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

***A Companhia pode enfrentar situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas, o que pode afetá-la adversamente.***

A Companhia possui custos e despesas rateados decorrentes de transações com partes relacionadas. Contratações com partes relacionadas podem gerar situações de potencial conflito de interesses entre as partes. A Companhia não pode garantir que terá êxito em evitar situações de conflito de interesses e, por conseguinte, assegurar o caráter estritamente comutativo das condições acordadas entre partes relacionadas. Caso essas situações de conflito de interesses se configurem, poderá haver impacto negativo para a Companhia, bem como a seus acionistas.

Para mais informações acerca das transações com partes relacionadas da Companhia, veja os itens 2.8, 11.2 e 11.3, respectivamente, deste Formulário de Referência.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

***Decisões desfavoráveis em processos judiciais, arbitrais e administrativos, incluindo ações civis públicas, podem causar efeitos adversos para a situação financeira da Companhia e sua imagem.***

A Companhia é ré em processos judiciais, seja nas esferas cível e trabalhista, assim como em processos administrativos e procedimentos arbitrais. A Companhia não pode garantir que os resultados desses processos serão favoráveis, ou, ainda, que terá provisionamento, parcial ou total, com relação a todos os passivos eventualmente decorrentes desses processos. Decisões contrárias aos interesses da Companhia que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização dos seus negócios poderão afetar adversamente, inclusive em aspectos reputacionais, a Companhia.

Sentenças desfavoráveis à Companhia, poderão sujeitá-la à exposição negativa de imagem, bem como impedi-la de realizar seus negócios, experimentar benefícios fiscais, contratar com poder público, entre outros, o que poderá afetar adversamente a Companhia.

Adicionalmente, os administradores da Companhia, de suas controladas ou coligadas podem vir a ser parte em processos judiciais, arbitrais e administrativos seja nas esferas cível, tributária, trabalhista, ambiental e/ou criminal, assim como em processos administrativos e procedimentos arbitrais, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, eventualmente impossibilitando-os ao exercício de suas funções na Companhia e/ou afetando a reputação e negócios da Companhia direta ou indiretamente.

Para mais informações sobre os processos judiciais e administrativos, vide seções 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

***A Companhia poderá não pagar dividendos ou juros sobre capital próprio aos titulares das ações de sua emissão, o que poderá afetar adversamente o preço desses valores mobiliários.***

O estatuto social da Companhia determina o percentual mínimo de 1% (um por cento) do lucro que deve ser distribuído como dividendo, sendo assim, a Companhia deve pagar aos acionistas um dividendo anual obrigatório não inferior a 1% (um por cento) de seu lucro líquido anual ajustado, calculado e ajustado nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”). No caso de resultado líquido negativo, o acionista não tem direito ao recebimento de dividendo e/ou juros sobre capital próprio. Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos. Adicionalmente, o lucro ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações pode ser utilizado para absorver prejuízos ou apropriado de outra forma, conforme permitido pela legislação societária brasileira e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio. Além disso, mesmo na hipótese de verificação de resultado líquido positivo, caso o Conselho de Administração da Companhia informe à assembleia geral de acionistas que o pagamento de proventos é incompatível com a sua situação econômica, poderá não haver pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos acionistas, o que pode afetar adversamente o preço das ações de sua emissão.

Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente no pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação vigente poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos pela Companhia, poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando adversamente o valor líquido a ser recebido pelos acionistas a título de participação nos resultados da Companhia. Para mais informações sobre as políticas e o histórico de destinação de resultados da Companhia, veja o item 2.7 deste Formulário de Referência.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

*A Companhia pode não ser capaz de evitar que membros de sua administração, empregados e/ou terceiros, agindo ou não em seu nome, bem como eventuais representantes e parceiros, atuem em situações contrárias à legislação aplicável e à regulação, incluindo em atos que se qualificam como corrupção, lavagem de dinheiro, suborno, improbidade administrativa e outras condutas similares no Brasil ou em outras jurisdições, o que pode expor a Companhia, os membros de sua administração e empregados a sanções judiciais, financeiras e administrativas, impactando de maneira adversa a Companhia, podendo gerar danos à sua imagem.*

A Companhia está sujeita à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada, e a seu regulamento segundo o Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015 (“Lei Anticorrupção”), que impõe responsabilidade objetiva na esfera civil e administrativa às pessoas jurídicas por atos lesivos à administração pública nacional ou internacional e por atos de fraude e corrupção, de seus administradores, empregados ou terceiros atuando em seu nome. Sanções por descumprimento da Lei Anticorrupção incluem: (i) multas, sanções e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) perdimento de bens, direitos ou valores obtidos ilicitamente, (iii) suspensão total ou parcial das atividades, (iv) dissolução compulsória da pessoa jurídica, e (v) proibição de contratar ou receber benefícios ou incentivos fiscais e de crédito de entidades públicas, podendo qualquer uma dessas sanções afetar de maneira significativamente negativa a reputação da Companhia e seus resultados. Todas essas circunstâncias podem ter um efeito adverso relevante sobre a reputação da Companhia, bem como sobre suas operações, condição financeira e resultados operacionais.

A Companhia poderá não conseguir detectar ou prevenir: (i) o descumprimento da Lei Anticorrupção ou de leis semelhantes que versem sobre matérias de anticorrupção, (ii) eventual comportamento fraudulento e desonesto cometido por seus acionistas, executivos, empregados, parceiros, representantes ou quaisquer terceiros contratados pela Companhia, ou (iii) qualquer outro comportamento que não seja coerente com os princípios éticos. A ocorrência de qualquer um de tais acontecimentos poderá afetar negativamente a Companhia e sua reputação.

A Companhia não possui meios de verificar de forma independente, nem controle sobre as informações ou declarações disponibilizadas por suas contrapartes sobre a correta aplicação de leis e regulamentos, o que pode não ser eficaz na prevenção de que suas contrapartes utilizem os relacionamentos estabelecidos com a Companhia para ato de corrupção. Se a Companhia, qualquer de suas subsidiárias, administradores, empregados e/ou terceiros, bem como eventuais representantes e parceiros, agindo ou não em seu nome, vierem a ser associados, ou mesmo acusados de estarem associados ou de estarem envolvidos em casos de corrupção, de forma direta ou indireta, a reputação da Companhia poderá ser negativamente afetada e/ou a sujeitará a multas, sanções e/ou obrigações legais, podendo qualquer uma delas ter um efeito material adverso relevante para a Companhia.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

### b. Riscos relacionados aos acionistas, especialmente ao acionista controlador

*O acionista controlador da Companhia poderá ter interesses que sejam divergentes dos interesses da Companhia, podendo ter impacto adverso na Companhia.*

O acionista controlador da Companhia detém a totalidade do capital votante e têm o poder, entre outras matérias, de eleger a maioria dos membros do conselho de administração da Companhia e, portanto, determinar o resultado final das deliberações sobre os negócios da Companhia cuja deliberação seja de competência do conselho de administração ou dos acionistas (incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições e alienações de ativos, bem como o montante e a ocasião para distribuição de dividendos ou remunerações de capital similares, ressalvadas as exigências de distribuição de dividendo mínimo obrigatório, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do estatuto social da Companhia). O acionista controlador da Companhia poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações, buscar financiamentos ou operações similares, além de definir estratégias de negócios e aprovar orçamento anual, contrárias aos interesses da Companhia, ou ainda, utilizar as empresas operacionais de seu grupo econômico (dentre as quais, a Companhia se encontra) para garantir captações realizadas no exterior ou no Brasil, podendo afetar adversamente a Companhia. A Companhia não pode garantir que seu acionista controlador atuará de maneira consistente com os melhores interesses da Companhia.

Ainda, a acionista controladora da Companhia, a StoneCo detém, indiretamente, 100% (cem por cento) de seu capital social e é uma holding cuja receita operacional decorre, principalmente, dos recebíveis das suas subsidiárias operacionais. A StoneCo costuma realizar captações no exterior garantidas por empresas operacionais de seu grupo econômico, incluindo a Companhia. Em junho de 2021, a StoneCo captou US\$500 milhões por meio da emissão de títulos de dívida no exterior, os quais contam com garantia da Companhia. A Companhia não pode garantir que não figurará como garantidora de futuras transações no âmbito de novas oportunidades de negócios e investimentos que a StoneCo busque no mercado internacional. Por fim, a Companhia aumenta sua exposição a riscos cambiais, uma vez que a StoneCo é uma limited liability company (companhia de responsabilidade limitada) constituída de acordo com a legislação das Ilhas Cayman e seus negócios e investimentos são valorizados em moeda estrangeira, principalmente o dólar norte-americano. Eventual inadimplemento da StoneCo no âmbito de qualquer endividamento em que a Companhia figura como garantidora, pode fazer com que a Companhia seja acionada para realizar os pagamentos devidos, tendo um impacto material adverso em sua situação financeira.

Para mais informações acerca das transações entre Companhia e seu controlador, veja os itens 2;8, 11.2 e 11.3, respectivamente, deste Formulário de Referência.

A Companhia entende que não está sujeita a riscos relevantes cuja fonte seja seus outros acionistas, além daqueles descritos no item “(a)” acima.

### c. Riscos relacionados às sociedades controladas e coligadas da Companhia

A Companhia entende que não está sujeita a riscos relevantes cuja fonte seja sua controlada e/ou coligadas, além daqueles descritos no item “(a)” acima.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

### d. Risco relacionados aos administradores da Companhia

A Companhia entende que não está sujeita a riscos relevantes cuja fonte seja seus administradores, além daqueles descritos no item “(a)” acima.

### e. Riscos relacionados aos fornecedores da Companhia

*A Companhia poderá ser responsabilizada por obrigações trabalhistas de terceiros que lhe prestam serviços, podendo sofrer impactos adversos à sua reputação e a seus resultados financeiros.*

De acordo com as leis trabalhistas vigentes na data deste Formulário de Referência, se as empresas que prestam serviços à Companhia não cumprirem com suas obrigações de acordo com a legislação trabalhista e previdenciária aplicáveis, a Companhia poderá ser responsabilizada solidária ou subsidiariamente por tal descumprimento, podendo ser incluída no polo passivo de processos trabalhistas movidos por trabalhadores terceirizados que lhe prestaram serviços, ficando sujeita à eventual obrigação de pagamento de condenações judiciais, multas e outras penalidades, o que poderá afetar negativamente a situação financeira e a reputação da Companhia.

### f. Riscos relacionados aos clientes da Companhia

A Companhia entende que não está sujeita a riscos relevantes cuja fonte seja seus clientes, além daqueles descritos no item “(a)” acima.

### g. Riscos relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atue

*O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem ter um efeito adverso sobre a Companhia.*

Os negócios, condição financeira e resultados da Companhia dependem, substancialmente, da economia brasileira, que, em sua história, já passou por diversas intervenções do Governo Federal e por ciclos econômicos voláteis.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

O Governo Federal poderá intervir na economia brasileira e realizar modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, creditícias, tarifárias, fiscais e outras de modo a influenciar a economia brasileira. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicaram, no passado, em controles de preços e salários, desvalorização do Real, bloqueio ao acesso a contas bancárias, controles sobre remessas de fundos para o exterior, intervenção do Banco Central para afetar as taxas básicas de juros, entre outras. A Companhia não tem controle sobre quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro, e pode não as prever. A Companhia poderá vir a ser negativamente afetada por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- variação cambial;
- expansão ou contração da economia brasileira e/ou internacional, conforme medida pelas taxas de crescimento do produto interno bruto;
- inflação;
- taxas de juros;
- flutuações nas taxas de câmbio;
- reduções salariais e dos níveis econômicos;
- aumento do desemprego;
- políticas cambiais, monetária e fiscal;
- mudanças nas leis fiscais e tributárias;
- racionamento de água e energia;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos; e
- outros fatores políticos, sociais, diplomáticos e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza em relação à implementação de mudanças por parte do governo brasileiro e às diretrizes da política econômica pode criar instabilidade na economia brasileira e contribuir para a desconfiança dos agentes financeiros, aumentando a volatilidade no mercado de capitais brasileiro, bem como no preço dos títulos de emissores brasileiros.

A Companhia pode não prever quais políticas fiscais, monetárias, previdenciárias e outras políticas serão adotadas no futuro pelo governo, ou se essas políticas resultarão em consequências adversas para a economia brasileira e para a Companhia.

***A instabilidade política poderá afetar negativamente a economia brasileira, bem como as atividades e resultados da Companhia.***

O ambiente político brasileiro historicamente influenciou e continua a influenciar a economia do Brasil, bem como a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e volatilidade dos preços dos títulos (incluindo valores mobiliários) emitidos por empresas brasileiras. Recentemente, o cenário político e econômico brasileiro passou por altos níveis de volatilidade e instabilidade, incluindo a contração do produto interno bruto, ou PIB, fortes oscilações do real em relação ao dólar americano, aumento do desemprego e menores níveis de gastos e confiança do consumidor.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

*A economia do Brasil é vulnerável a choques externos que podem ter um efeito adverso importante sobre o crescimento econômico do Brasil, sobre os negócios da Companhia e sobre seu resultado operacional.*

A globalização do mercado de capitais aumentou as vulnerabilidades dos países a eventos adversos. A crise econômica que atingiu o Brasil em 2014 levou à redução da liquidez, problemas no mercado de crédito e recessão econômica nos países desenvolvidos, o que afetou negativamente os mercados emergentes. As perdas financeiras e deficiências de caixa, as falências de instituições financeiras e não financeiras e uma diminuição na confiança dos agentes econômicos aumentaram a aversão ao risco e levaram a concessão de empréstimos mais cautelosa.

Além disso, problemas fiscais em vários países, especialmente na Europa, intensificaram as preocupações quanto à sustentabilidade fiscal de economias mais frágeis e reduziu a confiança dos investidores internacionais, trazendo volatilidade aos mercados. Esse ambiente pode afetar a capacidade da Companhia de obter financiamento no mercado de capitais internacional, restringindo o mercado de crédito.

A ocorrência de efeitos negativos como os mencionados acima pode levar à deterioração das condições econômicas no Brasil e os impactos resultantes, podem ter um impacto direto sobre os negócios da Companhia, limitando a capacidade de alcançar as estratégias e afetar os resultados.

### **h. Riscos relacionados à regulação dos setores em que a Companhia atue**

*Mudanças na legislação fiscal e previdenciária brasileira poderão afetar adversamente os resultados operacionais e a capacidade financeira da Companhia.*

O Governo Federal implementa, regularmente, mudanças na legislação fiscal, previdenciária e outras leis e regimes de tributação que afetam a Companhia e suas investidas. Essas mudanças incluem alterações nas alíquotas e, ocasionalmente, o estabelecimento de alíquotas temporárias, cujos recursos são destinados a determinados fins governamentais. Algumas dessas medidas poderão resultar em aumento dos pagamentos de impostos e contribuição para a previdência social, o que pode afetar adversamente os resultados operacionais e a capacidade financeira da Companhia. Não é possível assegurar que a Companhia será capaz de manter seus resultados caso ocorram aumentos substanciais nos impostos incidentes sobre a Companhia, suas investidas e suas operações.

Adicionalmente, no passado as reformas fiscais trouxeram incertezas para o sistema financeiro nacional, aumentaram o custo dos créditos e contribuíram para aumentar a inadimplência, o mesmo podendo ocorrer no futuro. Não é possível prever o efeito de reformas fiscais que possam vir a ser implementadas pelo Governo Federal, tampouco assegurar que qualquer reforma fiscal que venha a ser empreendida no futuro não tenha um efeito adverso sobre os resultados operacionais e a capacidade financeira da Companhia.

*A Companhia poderá estar sujeita a riscos associados ao não cumprimento das leis e regulamentos referentes à proteção de dados no Brasil ou em outra jurisdição, o que poderá afetar negativamente a Companhia devido a prejuízos reputacionais, aplicação de multas e outras sanções.*

A Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, (“LGPD”), regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil, por meio de um sistema de regras que impacta todos os setores da economia e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, as hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), as obrigações e requisitos relativos a incidentes relevantes de segurança da informação envolvendo dados pessoais, vazamentos, transferência e compartilhamento de dados pessoais, bem como sanções para o descumprimento de suas disposições. Ainda, a LGPD autorizou a criação da ANPD, responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas previstas na LGPD.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Em caso de violação de suas disposições, a Companhia estará sujeita de forma isolada ou cumulativa, às seguintes penalidades administrativas, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil por suas violações danosas aos titulares: (a) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; obrigação de divulgação da infração; (b) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador; (c) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; (d) bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais; (e) multa simples ou diária de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração; ou mesmo (f) a proibição total ou parcial do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados pessoais.

A Companhia trata dados pessoais de no curso normal de seus negócios. A Companhia poderá enfrentar dificuldades em cumprir a LGPD, devido à quantidade e complexidade das novas obrigações introduzidas, bem como devido à falta de regulamentação suficiente ou ausência de segurança jurídica, diante da ainda atual estruturação da ANPD. A Companhia poderá ser alvo de sanções caso não consiga demonstrar conformidade com a LGPD e outras leis aplicáveis, se sujeitando a perdas financeiras e de reputação, o que pode afetar significativamente os resultados financeiros da Companhia.

*Alterações na legislação tributária aplicável à Companhia poderão aumentar a carga tributária da Companhia, inclusive por meio de novos tributos, afetar regimes tributários especiais, benefícios fiscais e decisões futuras das autoridades fiscais competentes, o que poderá ter um efeito negativo sobre o fluxo de caixa, a rentabilidade e os resultados da Companhia.*

O governo brasileiro frequentemente implementa mudanças nos regimes tributários que podem afetar a Companhia e suas investidas, inclusive em decorrência da ratificação ou alteração de tratados fiscais. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas de tributos vigentes e a criação de tributos, tanto temporários quanto permanentes, cujas receitas são destinadas a finalidades governamentais específicas. Algumas dessas mudanças podem aumentar a carga tributária da Companhia, o que pode afetar negativamente e de forma relevante a sua rentabilidade e restringir sua capacidade de fazer negócios em seus atuais mercados e afetar a adversamente seus resultados financeiros.

Além disso, existem discussões sobre a imposição de novos tributos (incluindo empréstimos compulsórios, tributos sobre patrimônio pessoal significativo e um tributo sobre operações digitais) e a revogação da atual isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos. Além disso, tramitam no Congresso brasileiro propostas para a implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas em discussão, está uma mudança abrangente no regime de tributação sobre o consumo no Brasil, que extinguiria três tributos federais, um tributo estadual e um tributo municipal em favor da criação de um tributo único sobre o consumo. A implementação de uma reforma tributária ou de alterações nas leis, regulamentações e demais normas aplicáveis que alterem os tributos aplicáveis à Companhia poderão afetar negativamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

### **i. Riscos relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atue**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não atua em outro país que não o Brasil.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

### j. Riscos relacionados a questões sociais

A Companhia entende que não está sujeita a riscos relevantes cuja fonte sejam questões sociais, além daqueles descritos no item “(a)” acima.

### k. Risco relacionados a questões ambientais

*Descumprimento da legislação e da regulamentação ambiental pode sujeitar a Companhia a sanções administrativas e penais, sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais danos ao meio ambiente e a terceiros. A edição de normas ambientais de conteúdo mais rígido pode gerar aumento de gastos da Companhia, podendo causar impacto adverso em sua condição financeira.*

A Companhia está sujeita a uma série de leis e regulamentações federais, estaduais e municipais relacionadas à proteção do meio ambiente, estabelecendo requisitos para autorização e licenciamento ambiental de atividades específicas, assim como padrões para descarte de efluentes e emissões atmosféricas, gerenciamento de resíduos sólidos, implantação de sistemas de logística reversa e proteção de áreas especialmente protegidas.

Qualquer descumprimento das leis e regulamentações aplicáveis poderá sujeitar a Companhia a sanções administrativas (tais como multas de até R\$50 milhões e suspensão total ou parcial de atividades) e criminais, além de obrigar a Companhia a reparar ou indenizar eventuais danos causados ao meio ambiente e/ou a terceiros. Na esfera civil, os danos ambientais implicam a responsabilidade solidária e objetiva, independentemente da comprovação de culpa dos agentes ou de seu envolvimento direto, havendo apenas necessidade de comprovação do nexo entre a atividade exercida e os danos verificados.

Adicionalmente, a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, conforme alterada, prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica quando essa for considerada um obstáculo à recuperação de danos causados ao meio ambiente. Nesse sentido, diretores, acionistas e/ou parceiros podem, juntamente com a empresa poluidora, ser responsabilizados por danos ao meio ambiente. Assim, qualquer sanção ou obrigação poderá reduzir o capital da Companhia disponível para outros investimentos, o que poderá, por sua vez, afetar negativamente os resultados operacionais e a reputação da Companhia.

Além disso, a Companhia não pode garantir que as leis ambientais aplicáveis não se tornarão mais restritivas com o tempo, seja pela publicação de novas normas ou pela adoção de interpretações mais rígidas das leis ambientais existentes ou, ainda, divergentes da interpretação adotada pela Companhia. Nesse cenário, a Companhia poderá ser obrigada a realizar investimentos adicionais para cumprir com as exigências decorrentes de interpretações ou de novas normas, o que pode afetar adversamente seus resultados operacionais e sua situação financeira.

### l. Risco relacionados a questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

*Preocupações crescentes com as alterações climáticas podem levar à exigência de medidas regulatórias adicionais, que podem causar impactos negativos no resultado da Companhia.*

Regulamentações ambientais mais restritivas podem resultar na imposição de custos associados às emissões de Gases de Efeito Estufa (“GEE”), seja por meio de exigências por parte dos órgãos ambientais, seja por meio de outras medidas de natureza regulatória e ambiental. Devido à preocupação quanto ao risco das alterações climáticas, uma série de países, incluindo o Brasil, adotou ou está considerando adotar marcos regulatórios que, entre outras regras, visam a reduzir a emissão de GEE. Regulamentações sobre GEE poderão aumentar os custos da Companhia para estar em conformidade com a legislação ambiental. Tal situação poderá afetar os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Ademais, o negócio das investidas da Companhia é suscetível às variações climáticas, que podem demandar a realização de investimentos adicionais e não planejados, podendo afetar adversamente a Companhia. Condições climáticas adversas podem interferir no cronograma de execução dos projetos, o que pode levar ao adiamento de investimentos, impactando negativamente a Companhia.

### **m. Riscos relacionados a questões não compreendidas nos itens anteriores**

*Desastres e eventos imprevisíveis poderão causar interrupções nas operações da Companhia e, portanto, afetar adversamente seus resultados operacionais.*

Desastres e eventos imprevisíveis que estão fora do controle da Companhia, incluindo guerras, pandemias (como a pandemia da COVID-19), atividades de terrorismo e desastres naturais, tais como inundações, incêndios e secas severas poderão afetar negativamente a economia e, conseqüentemente, a Companhia, suas operações e as operações de suas investidas, dos seus fornecedores e prestadores de serviço. Esses eventos também poderão afetar negativamente o consumo ou resultar em instabilidade política ou econômica.

## 4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

**1º** *A Companhia tem como um de seus objetos sociais a participação societária em outras pessoas jurídicas de qualquer espécie, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, sendo assim, qualquer impacto adverso nos resultados de suas investidas ou na capacidade de tais investidas realizarem distribuições poderá ter um efeito adverso relevante na situação financeira da Companhia.*

**2º** *Atualmente, a Companhia possui participação apenas no Tapso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC Tapso”) e qualquer impacto adverso no resultado do FIDC Tapso poderá ter um efeito adverso relevante na situação financeira da Companhia.*

**3º** *O acionista controlador da Companhia poderá ter interesses que sejam divergentes dos interesses da Companhia, podendo ter impacto adverso na Companhia.*

**4º** *Mudanças na legislação fiscal e previdenciária brasileira poderão afetar adversamente os resultados operacionais e a capacidade financeira da Companhia.*

**5º** *O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem ter um efeito adverso sobre a Companhia.*

### 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Além dos riscos descritos no item 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência, os principais riscos de mercado que podem impactar adversamente a Companhia e seu setor de atuação, são:

#### Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que surge na possibilidade de perda financeira no valor justo ou nos fluxos de caixa futuros de qualquer instrumento financeiro devido a mudanças nas condições de mercado.

No curso normal dos negócios, a Companhia efetua transações financeiras sujeitas a variáveis de mercado, portanto expostas ao risco de mercado. A tesouraria do Grupo StoneCo. (“Tesouraria Global”) gerencia essas exposições para minimizar os impactos das flutuações dos preços de mercado nas atividades do Grupo StoneCo.

O risco de mercado compreende principalmente dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Os efeitos dos fatores de mercado nas demonstrações financeiras da Companhia são discutidos abaixo.

Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, e instrumentos financeiros derivativos, quando aplicável.

#### Risco de Taxa de Juros

É o risco de perdas atrelado a variações na taxa de juros, sendo resultado do descasamento da taxa de juros entre os ativos e passivos e/ou por variação dos seus vencimentos.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre principalmente de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. As aplicações financeiras contratadas em reais estão expostas, principalmente, à variação da taxa de juros dos Depósitos Interfinanceiros (“DI”).

#### *Análise de sensibilidade de taxa de juros*

A Companhia realizou uma análise de sensibilidade do risco de taxa de juros aos quais os instrumentos financeiros estão expostos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020. Para esta análise, a Companhia adotou como cenário provável as taxas de juros futuras em 31 de dezembro de 2022 de 13,65% (9,15% em 31 de dezembro de 2021) para o DI, disponíveis na B3. Desta maneira foi definido o cenário provável e a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%:

Operação	31/12/2022	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
			13,65%	10,24%	6,83%
Caixa e equivalentes de caixa	9.260	Diminuição do CDI	739	558	374
Aplicações financeiras	844.624	Diminuição do CDI	135.518	101.402	67.457
			<u>136.257</u>	<u>101.960</u>	<u>67.831</u>
Operação	31/12/2021	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
			9,15%	6,86%	4,58%
Caixa e equivalentes de caixa	228.876	Diminuição do CDI	12.346	9.296	6.233
Aplicações financeiras	1.261.846	Diminuição do CDI	184.382	137.398	91.171
			<u>196.728</u>	<u>146.694</u>	<u>97.404</u>
Operação	31/12/2020	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
			1,90%	1,43%	0,95%
Caixa e equivalentes de caixa	45.825	Diminuição do CDI	520	391	260
Aplicações financeiras	2.028.059	Diminuição do CDI	261.167	193.364	127.258
			<u>261.687</u>	<u>193.755</u>	<u>127.518</u>

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

Para os fins deste item 4.3, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

##### (a) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia figurava como ré nos processos de natureza trabalhista individualmente relevantes abaixo descritos.

Processo nº 0021316-08.2016.5.04.0023	
Juízo	23ª Vara do Trabalho de Porto Alegre
Instância	Decisão de 2ª instância
Data de instauração	26/08/2016
Partes no processo	T.A.P. MNLT SOLUÇÕES DE PAGAMENTO S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 100.000,00
Principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida por empregado terceiro. A ação foi julgada totalmente improcedente. A Reclamante recorreu. O Recurso da reclamante foi parcialmente provido para condenar as reclamadas, sendo a Elavon de forma subsidiária, ao pagamento de horas extras; intervalo de 15 minutos; diferenças em razão da integração do salário por fora; diferença de FGTS. A GetNet recorreu da decisão e o TRT negou seguimento ao recurso de revista. A GetNet interpôs Agravo de Instrumento. Aguarda-se o julgamento do
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Primeira reclamada não cumpriu com a sua obrigação, razão pela qual há chances de a execução ser direcionada para a MNLT.
Valor Provisionado	17.002,3

Processo nº 1000986-85.2016.5.02.0036	
Juízo	36ª Vara do Trabalho de São Paulo
Instância	Decisão de 2ª instância
Data de instauração	09/06/2016
Partes no processo	F.F.S. MNLT SOLUÇÕES DE PAGAMENTO S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$40.000,00
Principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida por empregado próprio, no qual a sentença condenou a Reclamada no pagamento de diferenças salariais decorrentes de equiparação salarial com a Sra. Andreia Alves da admissão até 18/02/2015 e com a Sra. Cláudia Mendes de 19/02/2015 até o término do contrato, observando-se a evolução salarial do reclamante e do salário das paradigmas constantes nos
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Ação parcialmente procedente, com chances de condenação correspondente a R\$ 87.227,50.
Valor Provisionado	119.356,0

## 4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 0021190-58.2016.5.04.0022	
Juízo	22ª Vara do Trabalho de Porto Alegre
Instância	Decisão de 2ª instância
Data de instauração	09/08/2016
Partes no processo	A.R.A.J. MNLT SOLUÇÕES DE PAGAMENTO S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 80.000,00
Principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida por empregado terceiro. A sentença julgou a ação parcialmente procedente para reconhecer o vínculo entre o Reclamante e a Elavon no período de no período de 01/01/2016 até 12/05/2016 e enquadrar o Reclamante na categoria dos bancários. Todas as partes recorreram. O TRT deu parcial provimento ao recurso ordinário da Elavon para afastar a declaração de nulidade do contrato mantido entre o reclamante e a primeira reclamada, bem como afastar o reconhecimento do vínculo de emprego entre o autor e a Elavon, no período de 01/01/2016 até o final da contratualidade, limitando a responsabilidade para subsidiária. Além disso, foi excluída a condenação ao pagamento de honorários advocatícios assistenciais. Ainda, o TRT também deu parcial provimento ao RO do Reclamante para acrescer à condenação, em relação ao período a partir de janeiro/2016 (inclusive), o pagamento de horas extras além da 08 diária e 44 semanal e do intervalo intrajornada. A Elavon optou por não recorrer e o Santander
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Primeira reclamada não cumpriu com a sua obrigação, razão pela qual há chances de a execução ser direcionada para a MNLT.
Valor Provisionado	11.308,2

Processo nº 0021323-18.2016.5.04.0017	
Juízo	17ª Vara do Trabalho de Porto Alegre
Instância	Decisão de 2ª instância
Data de instauração	25/08/2016
Partes no processo	N.W. MNLT SOLUÇÕES DE PAGAMENTO S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 100.000,00
Principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida por empregado terceiro. A Sentença julgou a ação parcialmente procedente para condenar a Elavon de forma subsidiária ao pagamento de vale-transporte; adicional de periculosidade; restituição dos descontos a título de contribuição sindical; diferenças de FGTS. O Reclamante e a Getnet recorreram da decisão. Os recursos estão pendentes de julgamento. O Recurso da GetNet foi parcialmente provido para excluir a condenação ao pagamento do vale transporte e o do Reclamante foi parcialmente provido para condenar as Reclamadas ao pagamento de: (i) horas extras; (ii) intervalo intrajornada; (iii) despesas pela aquisição do uniforme; (iv) despesas de manutenção e de desgaste do veículo particular; (v) diferenças pela integração do vale alimentação; (vi) indenização por danos existenciais; (vii) diferenças de comissões; (viii) honorários de assistência judiciária. A Elavon opôs embargos de declaração, que foram julgados improcedentes. A GetNet recorreu da decisão e o TRT negou seguimento ao recurso de revista. A GetNet interpôs Agravo de Instrumento. Aguarda-se o julgamento do Agravo de Instrumento da GetNet.
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Primeira reclamada não cumpriu com a sua obrigação, razão pela qual há chances de a execução ser direcionada para a MNLT.
Valor Provisionado	91.366,4

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

##### (b) Tributários

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não era parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais de natureza tributária não sigilosos e relevantes em conjunto para os negócios da Companhia.

##### (c) Cíveis

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia figurava como ré nos processos judiciais de natureza cível não sigilosos, individualmente relevantes, abaixo descritos..

<b>Processo nº 0310526-90.2017.8.24.0008</b>	
<b>Juízo</b>	1º Juizado Especial Cível de Blumenau
<b>Instância</b>	Decisão de 2ª instância
<b>Data de instauração</b>	07/07/2017
<b>Partes no processo</b>	JANIO ESPERANDIO COMERCIO DE BICICLETAS LTDA ME MNLT SOLUCÕES DE PAGAMENTO S.A.
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 37.480,00
<b>Principais fatos</b>	A autora narra ser pessoa jurídica atuante no ramo de “bicicletas e acessórios para ciclismo”, e que, a fim de incrementar suas vendas, se credenciou ao sistema de pagamentos eletrônicos da Recorrente, com intuito de oferecer aos seus clientes a possibilidade de pagamento por meio de cartões magnéticos. Sustenta que, em novembro 2016, realizou “através de um aplicativo de conversas instantâneas” duas vendas a um cliente que se identificou como Marcos Ferreira de Lima, nos valores de R\$ 10.999,00 e R\$ 6.499,00, respectivamente. Por esta razão, requer: (i) a restituição da importância de R\$ 17.498,00 (dezesete mil quatrocentos e noventa e oito reais), referentes às vendas realizadas; (ii) o pagamento de indenização por supostos danos morais experimentados, em quantia a ser arbitrada; e (iii) o
<b>Chance de perda</b>	Provável
<b>Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia</b>	Proferida sentença de parcial procedência para condenação ao pagamento de R\$ 17.498,00 corrigidos e acrescido de juros de mora. Interposto recurso não tendo dado provimento ao recurso. Apresentado embargos de declaração que está pendente de
<b>Valor Provisionado</b>	23.325,2

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 0802824-56.2018.8.12.0001	
Juízo	11ª Vara Cível de Campo Grande
Instância	Decisão de 1ª instância
Data de instauração	07/02/2018
Partes no processo	MNLT SOLUÇÕES DE PAGAMENTO S.A./PEREZ BERNAL CONFECÇÕES EIRELI
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 52.645,07
Principais fatos	A Autora narra ser empresa que atua no ramo de comércio varejista de artigos do vestuário e seus acessórios, procedeu seu credenciamento junto à MNLT, visando a afiliação ao Sistema para aceitação de pagamentos via cartão de crédito/débito. Informa, no entanto, que deixou de receber parte dos valores transacionados em novembro de 2017. Por essa razão, requer (i) o pagamento dos valores transacionados no montante de R\$ 2.645,07 (dois mil seiscentos e quarenta e cinco reais e sete centavos), bem como (ii) o pagamento de indenização por supostos danos morais valorados no montante de R\$ 50.000,00
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Proferida decisão de parcial procedência para condenação da MNLT ao pagamento de R\$ 2.645,07 (dois mil seiscentos e quarenta e cinco reais e sete centavos) corrigidos e acrescidos de juro de mora. Apresentado recurso pela parte autora. Aguarda-se o julgamento em segunda instância.
Valor Provisionado	3.485,3

Processo nº 0015749-19.2021.8.26.0100	
Juízo	1ª Vara Cível de Florianópolis
Instância	Decisão de 1ª instância
Data de instauração	29/04/2019
Partes no processo	MNLT SOLUÇÕES DE PAGAMENTO S.A./ CASAS DO CANO LTDA
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.000,00
Principais fatos	A Autora narra ser empresa que comercializa material de construção e no intuito de facilitar o pagamento dos seus clientes, realizou contrato com a empresa ré, a fim de que os clientes pudessem pagar as suas compras por meio de cartão de crédito e débito. Alega que após determinado período de vigência do contrato, supostamente, as taxas aplicadas entres as partes foram alteradas de forma unilateral. Por essa razão, requer (i) a apresentação dos extratos das taxas aplicadas ao longo dos meses, (ii) a nulidade das taxas alteradas, requerendo o retorno às taxas iniciais, bem como (iii) a devolução do valor cobrado a maior em
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Proferida decisão de primeira instância de procedência, confirmada em segunda instância, para condenação da MNLT ao pagamento de R\$ 12.812,70 (doze mil oitocentos e doze reais e setenta centavos) corrigidos e acrescidos de juro de mora. Aguarda-se o
Valor Provisionado	35.342,1

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

<b>Processo nº 5170661-51.2019.8.13.0024</b>	
<b>Juízo</b>	14ª Vara Cível de Belo Horizonte
<b>Instância</b>	Execução
<b>Data de instauração</b>	30/10/2019
<b>Partes no processo</b>	MNLT SOLUÇÕES DE PAGAMENTO S.A. / C MOREIRA MEDINA EIRELI - EPP E OUTROS
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 2.500,00
<b>Principais fatos</b>	As Autoras narram ser empresas que guardam veículos automotores mediante contraprestação pecuniária dos seus clientes a depender do tempo de permanência de cada um nos estacionamentos. Em 2013, em atenção aos anseios dos usuários e por conveniência comercial, as Autoras adotaram como uma das formas de pagamento o uso de cartões de débito e crédito, inicialmente, através da empresa administradora de cartões MNLT. Alegam que após determinado período de vigência do contrato, supostamente, as taxas aplicadas entres as partes foram alteradas de forma unilateral. Por essa razão, requerem (i) a apresentação dos extratos das taxas aplicadas ao longo dos meses, bem como (iii) a devolução do valor cobrado a maior em razão da divergência de
<b>Chance de perda</b>	Provável
<b>Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia</b>	Proferida decisão de primeira instância para condenação da MNLT à prestação de contas acerca das taxas. Aguarda-se proferimento de decisão saneadora.
<b>Valor Provisionado</b>	1.555,2

#### (d) Outros

Todos os processos que possam ser considerados relevantes em que a Companhia figurava como parte em 31 de dezembro de 2022 foram descritos nos subitens “a”, “b” e “c” acima.

#### **4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes**

Em 31 de dezembro de 2022, o valor total provisionado para os processos descritos no item 4.4 acima totalizam R\$ 0,3 milhões.

#### **4.6 Processos sigilosos relevantes**

Não aplicável, dado que não existem processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia seja parte.

## **4.7 Outras contingências relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido divulgadas nos itens 4.1 a 4.6 deste Formulário de Referência.

## **5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado**

### Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

## 5.2 Descrição dos controles internos

- a. Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

- b. Estruturas organizacionais envolvidas**

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

- c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

- d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, os auditores independentes não reportaram deficiências significativas na estrutura de controles internos da Companhia.

- e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Conforme mencionado no item (d) acima, os auditores independentes não reportaram deficiências significativas na estrutura de controles internos da Companhia.

### 5.3 Programa de integridade

**Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:**

- a. Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

A Companhia, como empresa do Grupo StoneCo, adota práticas destinadas à prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, conforme Código de Ética do Grupo StoneCo (“Código de Ética”).

- i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

A Companhia adota, como mecanismos e procedimentos de integridade, o Código de Ética, adaptadas anualmente, em linha com a reavaliação dos riscos. O Código de Ética é aplicável a todos os nossos colaboradores, executivos, parceiros, fornecedores e clientes. O Código de Ética tem por objetivo sintetizar os padrões de conduta que irão guiar as ações da empresa, assim como reforçar o nosso compromisso com a ética. Nesse sentido, o documento estabelece as premissas básicas de comportamento e conduta que são suportadas pela Companhia ao nos relacionar com fornecedores, clientes, parceiros, meio ambiente, órgãos governamentais e com a sociedade em geral, assim como as condutas e comportamentos que não são tolerados dentro da Companhia.

- ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existente**

A Diretoria de Compliance e Jurídico da Stone Instituição de Pagamento S.A. (atual denominação da Stone Pagamentos S.A.), controladora e única acionista da Companhia (“Stone Pagamentos”), é responsável por garantir o cumprimento da legislação aplicável à Companhia e aos seus colaboradores, além de assegurar um ambiente ético e não favorável a fraudes dentro da Companhia e a ação de seus colaboradores e clientes no melhor padrão de conduta ética.

Para tanto, realiza, entre outros: (i) a elaboração e/ou revisão de políticas, procedimentos e planos; (ii) treinamentos periódicos; (iii) o acompanhamento e elaboração de planos de ação e reportes periódicos de obrigações regulatórias aplicáveis à Companhia; (iv) a orientação e diretrizes de modo a resguardar os clientes, parceiros e colaboradores da Companhia dos riscos inerentes às atividades desempenhadas pela Companhia, de modo a zelar pela boa reputação e interesses da Companhia; (v) o aconselhamento à alta administração quanto aos assuntos regulatórios aplicáveis à Companhia e do seu potencial impacto; (vi) a análise de transações suspeitas de lavagem de dinheiro e terrorismo, para posterior reporte ao COAF; e (vii) o gerenciamento do Canal de Denúncias da Companhia.

A Diretoria da Companhia reporta para os seguintes órgãos da Stone Pagamentos: Presidência, Comitê de Auditoria e Comitê Financeiro & de Riscos.

### 5.3 Programa de integridade

**iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

A Companhia deve observar o Código de Ética descrito na seção 5.3.(a) acima.

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Ética se aplica a todos os colaboradores e terceiros que o Grupo StoneCo mantenha relacionamento.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Todos os Colaboradores são submetidos anualmente a treinamentos sobre o conteúdo do Código de Ética, em formato *e-learning*.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O desrespeito às regras estipuladas no Código de Ética será avaliado e poderá levar à aplicação de medidas administrativas punitivas e, até mesmo, rescisórias. Tais medidas incluem advertência (verbal ou escrita), suspensão e rescisão do contrato de trabalho. No caso de terceiros, a rescisão contratual. Estando resguardadas as ações judiciais cabíveis.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética, aplicável à Companhia foi aprovado pela StoneCo em 2020.

O Código de Ética pode ser consultado no site de Relações com Investidores da StoneCo <https://investors.stone.co/>, e no site do canal de denúncias da Companhia <https://www.canalconfidencial.com.br/orelhaostone/>.

**b. Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

A Companhia, como empresa do Grupo StoneCo, disponibiliza um canal de denúncias a todos os colaboradores, fornecedores e terceiros e público em geral que tenham interesse em comunicar e, se desejarem, de forma anônima, a respeito de condutas consideradas antiéticas ou que violem os princípios éticos e padrões de conduta da Companhia, às demais políticas da Companhia, às Leis Anticorrupção e demais leis e regulamentações aplicáveis às suas atividades (“Canal de Denúncias”). O Canal de Denúncias está disponível para todas as empresas controladas pela Stone Pagamentos, incluindo a Companhia.

O Canal de Denúncias pode ser acessado de forma gratuita, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana pelo site <https://www.canalconfidencial.com.br/orelhaostone/>, e caso o colaborador e/ou fornecedor deseje, o relato pode ser feito também pelo telefone 0800 591 0579, de segunda-feira a sexta-feira das 09h às 19h.

- i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

### 5.3 Programa de integridade

As informações registradas pelo Canal de Denúncias serão recebidas por uma empresa independente e especializada, a ICTS, que será responsável pela análise inicial das alegações, classificação e triagem, assim como irá assegurar o sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação pela alta administração da Stone Pagamentos, sem conflito de interesses. Denúncias que não envolvam a alta administração da Stone Pagamentos serão encaminhadas para a tratativa interna do time do Orelhão, que ficará responsável pela apuração, acompanhamento e remediação das alegações reportadas.

**ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se receber denúncias somente de empregados**

O Canal de Denúncias também pode ser acessado pelos fornecedores, intermediários ou quaisquer terceiros que possam ter interesse em reportar uma preocupação, suspeita ou a ocorrência de irregularidades.

**iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

Todas as comunicações feitas ao Canal de Denúncias da Companhia serão confidenciais e poderão ser feitas de forma anônima, caso o denunciante assim o desejar. A Companhia não admite qualquer medida de retaliação contra qualquer indivíduo que reporte, de boa-fé, uma preocupação, suspeita ou a ocorrência de uma violação ao seu Canal de Denúncias. Ressaltando que qualquer ato de retaliação ou perseguição em decorrência de uma denúncia é uma violação aos princípios éticos e padrões de conduta da Companhia, conforme previsto no Código de Ética, e estará sujeito à aplicação de sanções, na forma da legislação aplicável.

**iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

As comunicações feitas ao Canal de Denúncias serão encaminhadas ao time do Orelhão da Stone Pagamentos, que será responsável por apurar, de forma detalhada, as violações supostamente praticadas. Para casos envolvendo a média e alta liderança operacional, o time do Orelhão reportará o recebimento e o resultado da apuração e deliberação das comunicações feitas por meio do Canal de Denúncias da Companhia ao Fórum de Ética, que será responsável pela aprovação dos relatórios de apuração e das medidas disciplinares aplicáveis. Denúncias envolvendo a alta administração da Stone Pagamentos serão encaminhadas ao time da Auditoria Interna, que será responsável pela apuração, e reportará os resultados para o Comitê de Auditoria, que será responsável pela aprovação dos relatórios de apuração e das medidas disciplinares aplicáveis.

**c. Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

A Companhia busca mover seus melhores esforços para adotar práticas adequadas à identificação de vulnerabilidades e riscos oriundos das operações societárias que participa, contudo não possui procedimentos e processos específicos para estes casos.

**dCaso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

## **5.4 Alterações significativas**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

## **5.5 Outras informações relevantes**

Não há outras informações relevantes não divulgadas nos itens 5.1 a 5.5 deste Formulário de Referência.

## 6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
<b>OUTROS</b>					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
<b>STONE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.</b>					
16.501.555/0001-57	Brasil		Sim	26/08/2021	
2.260.490.292	100,000	10	100,000	2.260.490.302	100,000
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			
<b>TOTAL</b>					
2.260.490.292	100,000	10	0,000	2.260.490.302	100,000

## 6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
STONE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.				16.501.555/0001-57		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
DLP CAPITAL LLC						
14.933.482/0001-47	Estados Unidos		Sim	02/05/2016		
		N/A	Juridica	00.000.000/0000-00		
155.667.135	100,000	0	0,000	155.667.135	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
TOTAL						
155.667.136	100,000	0	0,000	155.667.136	100,000	

## 6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
DLP CAPITAL LLC				14.933.482/0001-47	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
STONECO LTD					
31.752.270/0001-82	Ilhas Cayman		Sim	25/05/2023	
	RAFAEL MARTINS PEREIRA		Física	323.879.848-03	
1	100,000	0	0,000	1	100,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
1	100,000	0	0,000	1	100,000

## 6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
STONECO LTD				31.752.270/0001-82		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	
TOTAL						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	

### 6.3 Distribuição de capital

<b>Data da última assembleia / Data da última alteração</b>	31/03/2023
<b>Quantidade acionistas pessoa física</b>	0
<b>Quantidade acionistas pessoa jurídica</b>	1
<b>Quantidade investidores institucionais</b>	0

#### Ações em Circulação

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria*

<b>Quantidade ordinárias</b>	0	0,000%
<b>Quantidade preferenciais</b>	0	0,000%
<b>Total</b>	0	0,000%

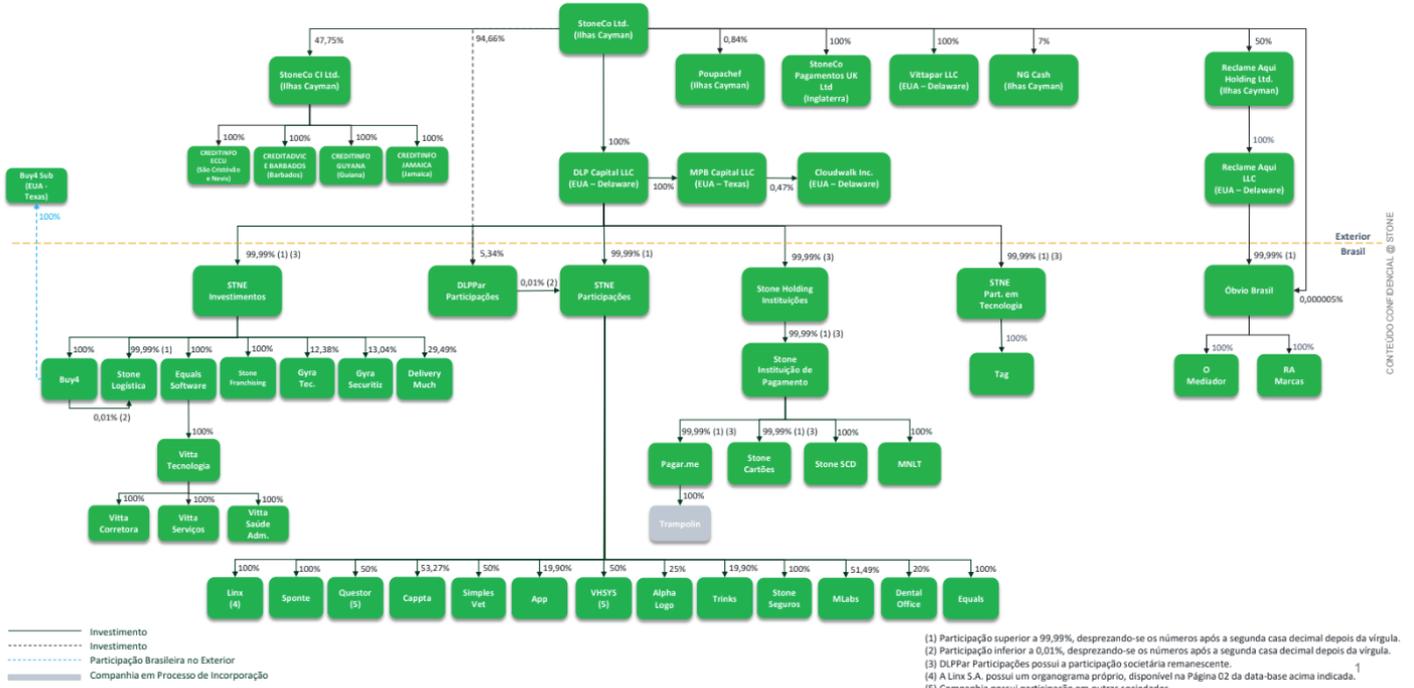
## **6.4 Participação em sociedades**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

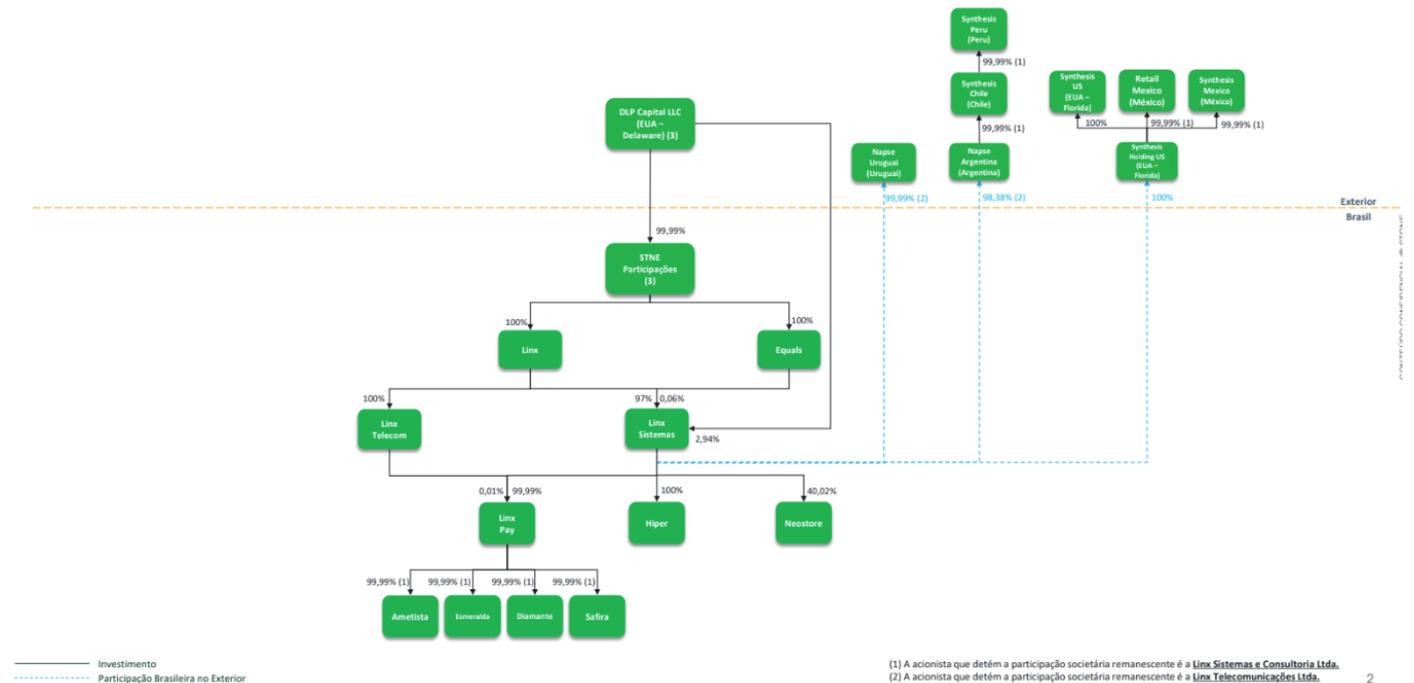
Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

### 6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

Organograma do Grupo StoneCo na data-base de 30 de abril de 2023:



(1) Participação superior a 99,99%, desprezando-se os números após a segunda casa decimal depois da vírgula.  
 (2) Participação inferior a 0,01%, desprezando-se os números após a segunda casa decimal depois da vírgula.  
 (3) DLPPar Participações possui a participação societária remanescente.  
 (4) A Linx S.A. possui um organograma próprio, disponível na Página 02 da data-base acima indicada.  
 (5) Companhia possui participação em outras sociedades.



(1) A acionista que detém a participação societária remanescente é a **Linx Sistemas e Consultoria Ltda.**  
 (2) A acionista que detém a participação societária remanescente é a **Linx Telecomunicações Ltda.**  
 (3) Organograma completo disponível na Página 01 da data-base acima indicada.

## 6.6 Outras informações relevantes

### **Informações adicionais ao item 6.1 – Informações sobre acionistas ou grupo com participação igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de ações e que não estejam listados no item 6.1:**

A Companhia esclarece que a sua acionista indireta, DLP Capital LLC, é uma sociedade constituída de acordo com as leis das Ilhas Cayman, sob a forma de uma sociedade de responsabilidade limitada (“*limited liability company*”) (“LLCs”). Em razão do seu tipo societário, as LLCs não emitem ações ou qualquer outro tipo de valor mobiliários passível de quantificação. Dessa forma, a Companhia informa que a quantidade de “ações ordinárias” informada no item 6.1 deste Formulário de Referência é apenas uma quantidade simbólica, considerando que a StoneCo Ltd. é a única “sócia” (*member*) do seu instrumento de constituição (*limited liability company agreement*).

A Companhia também esclarece que a Stone Holding Instituições S.A., sua acionista indireta, é uma sociedade constituída no Brasil como controladora direta da Stone Instituição de Pagamento (atual denominação da Stone Pagamentos S.A.) em virtude de exigências regulatórias.

Com exceção da informação acima, não há outras informações relevantes que não tenham sido descritas nos itens 6.1 a 6.5 deste Formulário de Referência.

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- a) **principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

- b) **se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:**

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

- c) **regras de identificação e administração de conflitos de interesses**

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

- d) **por órgão:**

- i. **número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero;**

Diretoria: 9 membros (8 do gênero masculino e 1 do gênero feminino).

Conselho de Administração: 1 membro (1 do gênero feminino).

- ii. **número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça;**

Diretoria: 9 membros (2 pardos e 7 brancos).

Conselho de Administração: 1 membro (1 branca).

- iii. **número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevante;**

Não aplicável.

- e) **se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal**

A companhia busca as melhores práticas no tocante aos temas, sendo que as estratégias em torno deste assunto serão tomadas a nível do Grupo StoneCo como um todo.

- f) **papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima**

As estratégias em torno deste assunto serão tomadas a nível do Grupo StoneCo como um todo.

## 7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

### Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	1	8	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica				
<b>TOTAL = 10</b>	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	7	0	2	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	1	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica						
<b>TOTAL = 10</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## **7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração**

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

### 7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

**Nome:** ANDRÉ MONTEIRO D'ALMEIDA MONTEIRO **CPF:** 631.491.505-82 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 26/03/1972

**Experiência Profissional:** André Monteiro D' Almeida Monteiro, foi o Chief Risk Officer (CRO) na XP Inc., na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão e na Gávea Investimentos, neste último também atuou como sócio e gestor de carteiras. Anteriormente, foi Economista-Chefe do buy-side no Banco Icatu, analista de inteligência artificial da Unidade de Business Intelligence da IBM Brasil e analista macroeconômico da Galanto Consulting e, por fim, era membro independente do Comitê de Riscos do Conselho de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em 1995, gradou-se como Bacharel em Engenharia Química pela Universidade de São Paulo (USP). Em 1997 e 2002, realizou, respectivamente, o Master of Science (M.Sc.) em Finanças e Análise de Investimentos e o Ph.D. em Métodos Estatísticos de Apoio à Decisão, ambas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ). Em 2003, concluiu o pós-doutorado em Finanças pelo Bendheim Center for Finance da Universidade de Princeton. André Monteiro D'Almeida Monteiro declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. André Monteiro D'Almeida Monteiro declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	16/11/2022	2 anos (Até AGO que aprova contas de 2024)	19 - Outros Diretores	16/11/2022	Sim	

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome:** CAIO FIUZA SILVA **CPF:** 078.468.177-52 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 09/09/1977

**Experiência Profissional:** Caio Fiuza Silva, que é Head de serviços para microempreendedores foi eleito COO da nossa divisão de plataforma financeira. Também foi fundador e sócio administrador da Visagio. Em 2002, graduou-se pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em engenharia industrial, e em 2005, realizou seu mestrado em engenharia de produção pela mesma universidade. Caio Fiuza Silva declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Caio Fiuza Silva declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	31/08/2022	3 anos (Até AGO que aprova contas de 2024)	19 - Outros Diretores	31/08/2022	Sim	

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome:** DIEGO VENTURA SALGADO **CPF:** 053.673.736-31 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 25/07/1983

**Experiência Profissional:** Entrou para o Grupo Stone Co. no mês de maio de 2021, sendo responsável pela área de Tesouraria. Ocupou o cargo de diretor executivo da equipe de Debt Capital Markets na área de Investment Banking do JP Morgan, onde trabalhou por 9 anos, tendo atuado anteriormente em áreas correlatas no Banco Santander e no Banco Monsanto. Atualmente ocupa o cargo de Diretor de sem designação específica na Companhia. Em 2004, graduou-se pela IBMEC e, em 2011, realizou seu mestrado em Economia pelo Insper Instituto de Pesquisa e Tecnologia. Diego Ventura Salgado declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Diego Ventura Salgado declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	20/10/2021	3 anos (Até AGO que aprova contas de 2024)	19 - Outros Diretores	20/10/2021	Sim	

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome:** JOÃO LOURENÇO VIVAN BERNARTT **CPF:** 029.422.719-90 **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 20/02/1980

**Experiência Profissional:** João Lourenço Vivan Bernartt, pertenceu ao conselho de administração de diferentes empresas brasileiras do setor de varejo e fundou a Chaordic Systems. Entrou para o Grupo StoneCo como Chief Information Officer, liderando nossas frentes em produtos, tecnologia e dados, com maior foco na divisão de plataforma financeira. Em 2002, graduou-se em engenharia de controle e automação industrial pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e em pesquisa em engenharia industrial pela Université Paul Sabatier – Toulouse III, em 2008, realizou o mestrado em engenharia elétrica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). João Lourenço Vivan Bernartt declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. João Lourenço Vivan Bernartt declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	31/08/2022	3 anos (Até AGO que aprova contas de 2024)	19 - Outros Diretores	31/08/2022	Sim	

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome:** LIA MACHADO DE MATOS **CPF:** 071.991.147-88 **Profissão:** Física **Data de Nascimento:** 21/01/1977

**Experiência Profissional:** É sócia e Diretora de Estratégia e Novos Negócios da Stone Instituição de Pagamento S.A. (atual denominação da Stone Pagamentos S.A.), sociedade controladora da Companhia, desde 2016, sendo responsável pela estratégia e desenvolvimento de negócios do Grupo StoneCo. Coordena a implementação da estratégia de crescimento da Companhia, como foco em distribuição e modelo go-to-market, tendo já participado de diversos rounds da captação. Antes do Grupo Stone Co., atuou como Diretora de Family Office com foco em investimentos de Private Equity na Varbra. Atualmente ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração na Companhia. Em 1998, graduou-se em Física, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui PhD pelo MIT – Massachusetts Institute of Technology em física elétrica e engenharia. Lia Machado de Matos declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, a Sra. Lia Machado de Matos declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração - Efetivos	20/10/2021	3 anos (Até AGO que aprova contas de 2024)	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	20/10/2021	Sim	

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome:** PEDRO ZINNER **CPF:** 034.007.097-86 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 21/01/1974

**Experiência Profissional:** Pedro Zinner foi nomeado como CEO do Grupo StoneCo em março de 2023. Antes disso, de 2017 a 2022, o Sr. Zinner foi CEO da Eneva S.A. ("Eneva"), uma das principais empresas de geração de energia no Brasil. De março de 2022 a dezembro de 2022, Pedro foi membro do Conselho de Administração da StoneCo. Pedro possui mais de 25 anos de experiência em estratégia, gestão de riscos e finanças, e liderou a Eneva em sua jornada de transformação nos últimos 5 anos, para posicionar a empresa como uma empresa líder em energia integrada no Brasil. Zinner ingressou na Eneva em 2016 como Diretor Financeiro para estar à frente de sua reestruturação financeira e oferta pública inicial. Antes disso, Zinner atuou como CEO da Parnaíba Gás Natural, a maior produtora de gás onshore do Brasil e ocupou cargos executivos no BG Group, no Reino Unido, como tesoureiro do grupo e head de tax. Pedro também liderou as funções de tesouraria e finanças corporativas da empresa de mineração Vale e atuou como chefe global de gerenciamento de risco corporativo na Suíça. No início de sua carreira, Zinner ocupou cargos seniores em bancos de investimento no Banco Icatu. Em 1977 graduou-se em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio), possui o Master of Business Administration (MBA) em Analytic Finance and Accounting, concluído em 2002, e realizou em 2005 o Executive Education em General Management. Pedro Zinner declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Pedro Zinner declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	31/03/2023	1 ano (Até AGO que aprovar as contas de 2024)	10 - Diretor Presidente / Superintendente	31/03/2023	Sim	

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome:** RAFAEL MARTINS PEREIRA **CPF:** 323.879.848-03 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 09/06/1985

**Experiência Profissional:** É sócio e Diretor de Relações com Investidores da Stone Instituição de Pagamento S.A. (atual denominação da Stone Pagamentos S.A.), sociedade controladora da Companhia. Entrou para o Grupo Stone Co. em 2017. De 2012 a 2017 atuou no Grupo 3G Capital como analista e assessor financeiro, dando suporte à alta administração em diversas frentes, como por exemplo, fusões e aquisições, planejamento estratégico e análise de orçamento. Atualmente ocupa o cargo de Diretor de Relações com Investidores na Companhia. Em 2008, graduou-se em Direito, pela Universidade de São Paulo, e, em 2010, graduou-se em Administração pela Fundação Getúlio Vargas - Escola de Administração de Empresas. Rafael Martins Pereira declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Rafael Martins Pereira declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	20/10/2021	3 anos (Até AGO que aprova contas de 2024)	12 - Diretor de Relações com Investidores	20/10/2021	Sim	

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome:** SANDRO DE OLIVEIRA BASSILI      **CPF:** 020.521.537-80      **Profissão:** Administrador de Empresas      **Data de Nascimento:** 29/04/1980

**Experiência Profissional:** Sandro de Oliveira Bassili, foi VP People da Anheuser-Busch Inbev e membro do Conselho de Administração do Grupo Boticário e se juntou ao Grupo StoneCo como Chief People e Management Officer. Em 1992, graduou-se em administração pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Em 2002, realizou o Accelerated Development Programme pela London Business School. Sandro de Oliveira Bassili declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Sandro de Oliveira Bassili declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

**Órgãos da Administração:**

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	31/08/2022	3 anos (Até AGO que aprova contas de 2024)	19 - Outros Diretores	31/08/2022	Sim	

**Condenações:**

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome:** TATIANA MALAMUD **CPF:** 003.955.667-03 **Profissão:** Advogada **Data de Nascimento:** 12/05/1969

**Experiência Profissional:** A Sra. Tatiana foi sócia fundadora do Malamud e Altit Advogados e Diretora Jurídica e de Compliance do Banco Original. Em 1992, graduou-se em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e, em 1995, realizou o Master of Laws na Columbia Law School em Nova Iorque. Tatiana Malamud declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, a Sra. Tatiana Malamud declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	31/08/2022	3 anos (Até AGO que aprova contas de 2024)	19 - Outros Diretores	31/08/2022	Sim	

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome:** VINICIUS DO NASCIMENTO CARRASCO **CPF:** 803.662.280-72 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 09/08/1976

**Experiência Profissional:** Vinicius do Nascimento Carrasco é o economista chefe e Diretor Executivo de Assuntos Regulatórios da StoneCo., cargo que ocupa desde 2018. Antes de ingressar na Stone Co., foi Diretor Executivo de Planejamento e Pesquisa do BNDES, tendo conduzido, juntamente com o Banco Central do Brasil e o Ministério da Fazenda, a reforma do crédito que levou à criação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TLP). Também atuou regularmente como consultor em assuntos de economia e econometria, e prestou consultoria para a CVM em relação à avaliação qualitativa e econométrica da política de rotação de auditores, para um fundo de garantia de crédito em relação ao papel dos investidores institucionais como supervisores bancários na redução do risco sistêmico, entre outros. Publicou diversos artigos em sua área de atuação e também atuou como colaborador da American Economic Review, Econometrica, Review of Economic Studies, Journal of Economic Theory, Journal of Economic Behavior and Organizations, e Review of Brazilian Econometrics. Concluiu o seu bacharelado em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1997, tendo obtido o título de mestre em economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2000 e o de doutor em economia pela Universidade de Stanford em 2005. Foi pesquisador no departamento de economia da Universidade de Stanford, no departamento de economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, no Programa John M. Olin em Direito e Economia da Faculdade de Direito de Stanford e no Instituto de Pesquisa de Política Econômica de Stanford. Ele foi eleito membro afiliado da Academia Brasileira de Ciências entre 2012 e 2017 e é Professor de Economia na PUC-Rio. Vinicius do Nascimento Carrasco declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Vinicius do Nascimento Carrasco declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	31/08/2022	3 anos (Até AGO que aprova contas de 2024)	19 - Outros Diretores	31/08/2022	Sim	

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

## 7.4 Composição dos comitês

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui, na data deste Formulário de Referência, comitês estatutários ou comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração.

## 7.5 Relações familiares

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

## **7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

## **7.7 Acordos/seguros de administradores**

### *Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

## **7.8 Outras informações relevantes**

Provisoriamente o cargo de Presidente do Conselho de Administração está vago, desde a renúncia Thiago dos Santos Piau em 31 de março de 2023 e será preenchido o mais breve possível por um novo membro oportunamente eleito.

## **8.1 Política ou prática de remuneração**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

## 8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,08	5,33		8,41
Nº de membros remunerados	3,08	5,33		8,41
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	2.750.000,00	4.257,00		2.754.257,00
Benefícios direto e indireto	116.435,50	109.110,19		225.545,69
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/Nº1/2021 no item 13.2 o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/Nº1/2021 no item 13.2 o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada.		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	4.383.333,33	4.558.333,33		8.941.666,66
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/Nº1/2021 no item 13.2 o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/Nº1/2021 no item 13.2 o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada.		
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº1/2021.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº1/2021.		
<b>Total da remuneração</b>	<b>7.249.768,83</b>	<b>4.671.700,52</b>		<b>11.921.469,35</b>

## 8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0	9	0	9,00
Nº de membros remunerados	0	9	0	9,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	6.286.101,00	0,00	6.286.101,00
Benefícios direto e indireto	0,00	137.287,00	0,00	137.287,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	350.192,00	0,00	350.192,00
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/Nº1/2021 no item 13.2 o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/Nº1/2021 no item 13.2 o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/Nº1/2021 no item 13.2 o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada.	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	476.000,00	0,00	476.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/Nº1/2021 no item 13.2 o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/Nº1/2021 no item 13.2 o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/Nº1/2021 no item 13.2 o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada.	
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº1/2021	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº1/2021	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº1/2021.	
Total da remuneração	0,00	7.249.580,00	0,00	7.249.580,00

## 8.2 Remuneração total por órgão

## Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0	9	0	9,00
Nº de membros remunerados	0	0	0	0,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	5.421.213,00	0,00	5.421.213,00
Benefícios direto e indireto	0,00	137.287,00	0,00	137.287,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	534.000,00	0,00	534.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº1/2021 no item 13.2 o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada.	N/A	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	8.500.000,00	0,00	8.500.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº1/2021 no item 13.2 o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada.	N/A	
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	N/A	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº1/2021.	N/A	
<b>Total da remuneração</b>	0,00	14.592.500,00	0,00	14.592.500,00

### **8.3 Remuneração variável**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

## **8.4 Plano de remuneração baseado em ações**

### *Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

## **8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

## **8.6 Outorga de opções de compra de ações**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

## **8.7 Opções em aberto**

### *Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

## **8.8 Opções exercidas e ações entregues**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

## **8.9 Diluição potencial por outorga de ações**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

## **8.10 Outorga de ações**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

## 8.11 Ações entregues

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

## **8.12 Precificação das ações/opções**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

### **8.13 Participações detidas por órgão**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

## **8.14 Planos de previdência**

### Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

## **8.15 Remuneração mínima, média e máxima**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

## **8.16 Mecanismos de remuneração/indenização**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

**8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração****Exercício de 2022**

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Conselho Fiscal</u>
Número de membros	3	5	—
Número de membros – parte relacionada aos Controladores	3	5	—
Valor da remuneração total do órgão no exercício	7.250	8.924	—
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	7.250	8.924	—
% da remuneração total do órgão	100 %	100 %	—

**Exercício de 2021**

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Conselho Fiscal</u>
Número de membros	—	8,00	—
Número de membros – parte relacionada aos Controladores	—	8,00	—
Valor da remuneração total do órgão no exercício	—	7.250	—
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	—	7.250	—
% da remuneração total do órgão	0,00%	100,00%	0,00%

**Exercício de 2020**

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Conselho Fiscal</u>
Número de membros	—	8,50	—
Número de membros – parte relacionada aos Controladores	—	8,50	—
Valor da remuneração total do órgão no exercício	—	14.593	—
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	—	14.593	—
% da remuneração total do órgão	0,00%	100,00%	0,00%

## **8.18 Remuneração - Outras funções**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

## **8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada**

Os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, foram de R\$ 16.173.755,69 (dezesseis milhões, cento e setenta e três mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e nove centavos), R\$ 7.249.580,00 (sete milhões, duzentos e quarenta e nove mil, quinhentos e oitenta reais) e R\$ 14.592.500,00 (quatorze milhões, quinhentos e noventa e dois mil, quinhentos reais), respectivamente, fazendo jus a remunerações reconhecidas no resultado consolidado da StoneCo, que os tenha sido atribuído em função ou não do exercício de cargo na Companhia.

## 8.20 Outras informações relevantes

### Remuneração Global do Grupo StoneCo:

Para os itens 8.2, 8.17 e 8.9, a Companhia optou por informar os valores globais de remuneração que seus administradores (membros do Conselho de Administração e da Diretoria) recebem dentro do grupo econômico o qual a Contratada está inserida.

Além da informação relativa à remuneração acima, não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não foram evidenciadas nos itens 8.1 a 8.19 deste Formulário de Referência.

## Auditores - 9.1/9.2 Identificação e Remuneração

<b>Código CVM do Auditor</b>	<b>004715</b>		
<b>Razão Social</b>	<b>Tipo Auditor</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	
ERNST & YOUNG ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.	Juridica	61.366.936/0001-25	
<b>Data de contratação do serviço</b>	<b>Data de início da prestação de serviço</b>		
11/05/2022	10/08/2018		
<b>Descrição dos serviços prestados</b>			
Os serviços contratados compreendem: (i) auditoria das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, preparada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as normas internacionais para relatórios financeiros (IFRS) aplicáveis; (ii) revisões das informações financeiras intermediárias, preparadas de acordo com o pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias relativas aos períodos findos em 31 de março de 2022, 30 de junho de 2022 e 30 de setembro de 2022.			
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social</b>			
A remuneração paga aos auditores independentes em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e períodos intermediários encerrados em 31 de março de 2022, 30 de junho de 2022 e 30 de setembro de 2022 relacionado a serviços de auditoria das demonstrações financeiras, revisões das informações financeiras intermediárias, preparada de acordo com o pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias corresponde a R\$129 mil.			
<b>Justificativa da substituição</b>			
Não houve substituição dos auditores independentes.			
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa</b>			
Não aplicável, uma vez que não houve substituição dos auditores independentes.			

### **9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores**

Não há auditores ou pessoas a eles ligadas tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico para prestar outros serviços além da auditoria.

#### **9.4 Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 9 que não tenham sido evidenciadas nos itens 9.1 e 9.2 deste Formulário de Referência.

## **10.1A Descrição dos recursos humanos**

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria “B” não preenchido.

## 10.1 Descrição dos recursos humanos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

## 10.2 Alterações relevantes

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

### **10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

## **10.4 Relações entre emissor e sindicatos**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

## **10.5 Outras informações relevantes**

Não há informações que a Companhia julgue relevantes.

## **11.1 Regras, políticas e práticas**

### Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Buy4 Processamento de Pagamentos S.A.	29/07/2021	8.000,00	9.375,00	-	36 (trinta e seis) meses da Data da Transação	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Pertencente ao grupo econômico.					
<b>Objeto contrato</b>	Contrato de Mútuo e outras avenças					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	A mutuária (MNLT S.A.), necessita de recursos para fomentar o desenvolvimento dos seus negócios e expansão.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Taxa de juros: 110% do CDI Devedor					
Pessoas Jurídicas descritas no item 11.3	01/07/2021	3.281,00	3.281,00	-	Indeterminado.	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Contrato celebrado entre a companhia e outras empresas pertencentes ao Grupo StoneCo.					
<b>Objeto contrato</b>	Instrumento particular para o rateio dos custos e despesas oriundos da utilização comum de determinados departamentos, serviços e equipamentos.  O rateio dos custos e despesas são referentes à mão de obra especializada, à infraestrutura, às ferramentas, às tecnologias e aos recursos para atender demandas e necessidades comuns relacionadas às suas atividades não consideradas fim das empresas do Grupo StoneCo.  Os critérios para rateio apresentam-se: (i) proporcionalmente ao número de horas dedicadas; (ii) proporcionalmente ao número de colaboradores ativos; e (iii) proporcionalmente às receitas de cada uma das Partes.  O rateio dos custos e despesas são referentes à mão de obra especializada, à infraestrutura, às ferramentas, às tecnologias e aos recursos para atender demandas e necessidades comuns relacionadas às suas atividades não consideradas fim das empresas do Grupo StoneCo.  Os critérios para rateio apresentam-se: (i) proporcionalmente ao número de horas dedicadas; (ii) proporcionalmente ao número de colaboradores ativos; e (iii) proporcionalmente às receitas de cada uma das Partes.					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Se qualquer uma das Partes decidir rescindir o Instrumento, a mesma deverá enviar uma notificação, por escrito, com 20 (vinte) dias de antecedência para a outra Parte, sem qualquer penalidade.					

## 11.2 Transações com partes relacionadas

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido no Negócio Real</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante corresp. ao interesse Real</b>	<b>Duração</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
<b>Natureza e razão para a operação</b>						
		Os custos e despesas objetos do Instrumento serão arcadas por cada parte na medida da sua responsabilidade fiscal pela respectiva despesa e/ou custo arcado.				
		Os valores devidos à empresa que pagou as despesas ou custos rateados devem ser quitados trimestralmente em conta bancária definida pelo departamento de Contabilidade.				
		O respectivo pagamento devido em razão do rateio aqui previsto será realizado por meio da emissão de nota de débito entre as partes pertencentes ao Grupo StoneCo.				
<b>Posição contratual do emissor</b>		Credor				

## **11.2 Itens 'n.' e 'o.'**

### **n. Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

Nas transações realizadas com partes relacionadas, a Companhia observa e observou as práticas contábeis vigentes, e as disposições da Lei nº 6.404/76, bem como o disposto em seu estatuto social. Tais transações foram realizadas observados estritamente os padrões de mercado e o interesse da Companhia em sua realização. Ademais, nos termos do estatuto social da Companhia, as transações com partes relacionadas da Companhia foram submetidas ao Conselho de Administração para aprovação.

### **o. Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

Os negócios e operações com partes relacionadas são realizados com base em condições estritamente comutativas e adequadas de modo a preservar os interesses de ambas as partes envolvidas no negócio. Cumpre ressaltar que as operações e negócios da Companhia com partes relacionadas seguem os padrões praticados no mercado. A Companhia acredita que, se as referidas operações com partes relacionadas fossem contratadas com terceiros, seriam mantidos os mesmos termos e condições contratados.

**Informações adicionais ao item 11.2 – Informações sobre as transações com partes relacionadas:**

## 11.3 Outras informações relevantes

### **Informações adicionais ao item 11.2 – Informações sobre as transações com partes relacionadas:**

A transação com partes relacionadas descrita no item 11.2 deste Formulário de Referência contempla todas as partes do contrato de rateio dos custos e despesas oriundos da utilização de determinados departamentos, serviços e equipamentos do Grupo StoneCo, quais sejam a Companhia, a Stone Instituição de Pagamento S.A. (atual denominação da Stone Pagamentos S.A.), a STNE Participações S.A., a BUY4 Processamento de Pagamentos S.A., a Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. (atual denominação da Pagar.me Pagamentos S.A.), a Equals S.A., a Cappta S.A., a TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A., a Stone Franchising Ltda., a Stone Logística Ltda., a Stone Sociedade de Crédito Direto S.A., a Vitta Saúde Administradora de Benefícios Ltda. (“Vitta Saúde”), a Vitta Serviços em Saúde Ltda., a Vitta Corretora de Seguros Ltda., a Vitta Tecnologia em Saúde S.A., a Ametista Serviços Digitais Ltda., a Diamante Serviços Digitais Ltda., a Esmeralda Serviços Digitais Ltda., a Safira Serviços Digitais Ltda., a Hiper Software S.A., a Linx Pay Meios de Pagamentos Ltda., a Linx Sistemas e Consultoria Ltda., a Linx Telecomunicação Ltda., e a Linx S.A. Neste sentido, a Companhia esclarece que, ainda que as empresas Ametista Serviços Digitais Ltda., a Diamante Serviços Digitais Ltda., a Esmeralda Serviços Digitais Ltda., a Safira Serviços Digitais Ltda., a Hiper Software S.A., a Linx Pay Meios de Pagamentos Ltda. e a Linx Telecomunicação Ltda. sejam apresentadas como parte relacionada no referido item, conforme consta das demonstrações financeiras dos últimos 3 (três) exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, não houve, nem há, até a presente data, qualquer valor envolvido referente à tal transação, assim como não é possível especificar a posição da Companhia diante de tal transação.

### **Garantias intragrupo:**

Adicionalmente, em 11 de junho de 2021, em sede de assembleia geral extraordinária, os acionistas da Companhia aprovaram, dentre outras matérias, a concessão de garanta fidejussória, pela Companhia no âmbito da emissão no exterior de títulos de dívida (*Senior Notes*), pela sua controladora indireta StoneCo, com remuneração de 3.950% (três inteiros e novecentos e cinquenta centésimos por cento) e vencimento em 2028, no valor de até US\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de dólares americanos) (“Notes”). As Notes foram colocadas no mercado internacional, e ofertadas a investidores nos termos da regulamentação emitida pela *Securities and Exchange Commission* (“SEC” e “Oferta”, respectivamente).

Garantias outorgadas pela Companhia em favor da StoneCo auxiliam na redução do custo de captação de recursos para o seu grupo econômico, além de substituir eventuais garantias bancárias que possuem alto custo de emissão e manutenção. Por se tratar de uma oferta, as obrigações contratuais assumidas pela StoneCo e garantidas pela Companhia, são compatíveis com as praticadas no mercado financeiro internacional. Ainda, por se tratar de uma captação no mercado de capitais internacional e regulamentada pela SEC, foram realizadas avaliações prévias e criteriosas de seus termos e condições e análise de viabilidade financeira em comparação com operações semelhantes, observando-se os preços e condições usuais de mercado.

Com exceção das informações adicionais acima, não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido descritas nos itens 11.2 e 11.3 deste Formulário de Referência.

**12.1 Informações sobre o capital social**

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
25/07/2022	N/A	524.655.484,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
2.260.490.292	10	2.260.490.302	

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
25/07/2022	N/A	524.655.484,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
2.260.490.292	10	2.260.490.302	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
25/07/2022	N/A	524.655.484,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
2.260.490.292	10	2.260.490.302	



## **12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

## 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Na data deste Formulário de Referência, não havia outros valores mobiliários de emissão da Companhia que não as suas ações.

## 12.4 Número de titulares de valores mobiliários

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Na data deste Formulário de Referência, não havia outros valores mobiliários de emissão da Companhia que não as suas ações.

## **12.5 Mercados de negociação no Brasil**

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui quaisquer valores mobiliários registrados e/ou admitidos à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado.

## 12.6 Negociação em mercados estrangeiros

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui, na data deste Formulário de Referência, valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

## 12.7 Títulos emitidos no exterior

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia, na data deste Formulário de Referência, não possui valores mobiliários emitidos no exterior.

## **12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

## **12.9 Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não foram evidenciadas nos itens 18.5 a 18.9 deste Formulário de Referência.

## 13.0 Identificação

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Pedro Zinner**

**Cargo do responsável**

Diretor Presidente

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Rafael Martins Pereira**

**Cargo do responsável**

Diretor de Relações com Investidores

### 13.1 Declaração do diretor presidente

**Pedro Zinner**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 093700748, expedida pela IFP/RJ, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (“CPF”) nº 034.007.097-86, com endereço comercial na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 7.221, 14º andar, Pinheiros, CEP 05425-902, na qualidade de Diretor Presidente da MNLT S.A., sociedade por ações com sede na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 7221, 14º andar, Pinheiros, CEP 05425-902, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 12.592.831/0001-89 (“Companhia”), declara que:

1. reviu o Formulário de Referência da Companhia.
2. todas as informações contidas no Formulário de Referência da Companhia atendem ao disposto na Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, em especial aos seus artigos 15 a 20.
3. o conjunto de informações contidas no Formulário de Referência da Companhia é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

---

Pedro Zinner  
Diretor Presidente

## 13.2 Declaração do diretor de relações com investidores

**Rafael Martins Pereira**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade (RG) nº 5279958 SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 323.879.848-03, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 7221, 14º andar, Pinheiros, CEP 05425-902, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da MNLT S.A., sociedade por ações com sede na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 7221, 14º andar, Pinheiros, CEP 05425-902, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 12.592.831/0001-89 (“Companhia”) declara que:

1. reviu o Formulário de Referência da Companhia.
2. todas as informações contidas no Formulário de Referência da Companhia atendem ao disposto na Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, em especial aos seus artigos 15 a 20.
3. o conjunto de informações contidas no Formulário de Referência da Companhia é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

---

Rafael Martins Pereira  
Diretor de Relações com Investidores

### **13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores**

1. reviu o Formulário de Referência da Companhia.
2. todas as informações contidas no Formulário de Referência da Companhia atendem ao disposto na Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, em especial aos seus artigos 15 a 20.